

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Artes



Trabalho de Conclusão de Curso

Música e inclusão na educação básica:
Um levantamento da produção difundida nos últimos dez anos nas revistas e anais
de grande veiculação musical no contexto brasileiro

Andréia Cristina de Souza Lang Vilela

PELOTAS, 2020

Andréia Cristina de Souza Lang Vilela

Música e inclusão na educação básica:
Um levantamento da produção difundida nos últimos dez anos nas revistas e anais
de grande veiculação musical no contexto brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Programa de Pós-Graduação em Artes do
Centro de Artes da Universidade Federal de
Pelotas, como requisito parcial à obtenção do
título de Especialista em Artes.

Orientadora: Prof. Dra. Regiana Blank Wille

Pelotas, 2020

Andréia Cristina de Souza Lang Vilela

Música e inclusão na educação básica:
Um levantamento da produção difundida nos últimos dez anos nas revistas e anais
de grande veiculação musical no contexto brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do
título de Especialista em Artes, do Centro de Artes da Universidade Federal de
Pelotas.

Data da Defesa:

Banca examinadora:

Prof. Dra.

Doutora em pela Universidade

Prof. Dra.

Doutora em pela Universidade

Prof. Dr.

Doutor em pela Universidade

Agradecimentos

A Deus, por me capacitar, sustentar, e não me deixar desanimar em todos os momentos, sendo meu guia e consolador.

Ao Rafael, meu querido esposo, que aguentou minhas noites em claro, sorriu comigo e me abraçou quando chorei, esteve ao meu lado em todos os momentos e seguirá comigo até o fim dos dias.

A minha mãe, melhor presente que Deus me deu, que sempre acreditou em mim e com certeza é meu maior suporte em todos os momentos.

A minha irmã, minha companheira, que me ouvia falar incessantemente após noites em claro escrevendo e manhãs agitadas, e me aconselhou e me incentivou em todos os momentos.

Aos meus queridos amigos que sempre me disseram que eu era capaz, querida Tamiê me enche de mensagens sobre como sou forte e vou conseguir, a Luana que desde a graduação me acompanha como uma irmã que ganhei e compartilha comigo das dificuldades e alegrias da pós graduação.

A Ananda e a Quezia, queridas companheiras de graduação e de pós, pelas noites no Centro de Artes, comendo salgadinhos e bolachas recheadas no fundo da sala e nos divertindo em momentos que estávamos tão cansadas, e ao Rodrigo, querido amigo que fiz neste curso, pelas caronas, risadas e brincadeiras.

A minha orientadora, que me acompanha desde a graduação e sempre me incentiva e me impulsiona a lembrar que eu consigo e posso ir além, obrigada pela ajuda e pela amizade que sei que encontro em ti.

Aos meus líderes, me incentivando sempre a terminar e a focar, dar o meu melhor com excelência, não desistir e lembrar de Quem me capacita.

A minha banca examinadora, por aceitar fazer parte da minha jornada e estar comigo na conclusão dessa etapa tão importante.

Resumo

VILELA, Andréia Cristina de Souza Lang. **Música e inclusão na educação básica:** Um levantamento da produção difundida nos últimos dez anos nas revistas e anais de grande veiculação musical no contexto brasileiro. 2020. 82f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Centro de Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica nos periódicos de maior veiculação na área da música e nos anais nacionais dos maiores congressos de educação musical, no período dos últimos dez anos – 2009 a 2019, em busca de saber o que vem sendo falado a respeito de educação musical e alunos com deficiências nas salas de aula do ensino regular. A partir disso, identificou-se e quantificou-se os trabalhos que tratavam a respeito do tema, e então foi analisado o que vem sido feito para efetivar a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular. Durante a pesquisa foi utilizado o software de análise de dados MAXQDA para auxiliar na análise detalhada dos trabalhos que estavam sendo analisados. Após a identificação e quantificação dos trabalhos, foi realizada a análise e categorização, podendo-se perceber que os temas mais citados para efetivar a inclusão de alunos com deficiência em aulas de música são a adaptação de atividades, formação de professores e a tecnologia assistiva.

Palavras-chave: educação música, inclusão, deficiências.

Abstract

VILELA, Andréia Cristina de Souza Lang. **Music and inclusion in basic education:** A survey of the production broadcast in the last ten years in magazines and annals of great musical circulation in the Brazilian context. 2020. 82p. Course Conclusion Paper (Specialization in Arts) - Postgraduate Program in Arts, Arts Center, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2020.

This paper is the result of a bibliographic research in the highest circulation journals of the music field and in the national annals of the largest musical education congresses over the past ten years - 2009 to 2019, investigating what has been spoken regarding musical education and students with disabilities in regular education classrooms. Based on that, the studies dealing with the issue were identified and quantified, and then was examined what has been done to include students with disabilities in music classes in regular education. During the research, the MAXQDA data analysis software was used to assist in the detailed examination of the studies. After their identification and quantification, the analysis and categorization was carried out, enabling to perceive that the most mentioned topics to effectively include students with disabilities in music classes are the adaptation of activities, teacher training and assistive technology.

Keywords: music education, inclusion, disabilities.

Índice de figuras

Figura 1 Pessoas com deficiência no Brasil.....	25
Figura 2 Fases do processo de inclusão	26
Figura 3 Imagem retirada do aplicativo MAXQDA	37
Figura 4 Programa MAXQDA	38
Figura 5 Possibilidades de Importações do MAXQDA	39
Figura 6 Exemplo de codificação das palavras-chave	39
Figura 7 Divisão inicial dos trabalhos no MAXQDA.....	40
Figura 8 Destaque dos objetivos e metodologias	40
Figura 9 Exemplo da codificação dos objetivos.....	41

Índice de gráficos

Gráfico 1 Palavras-chave	37
Gráfico 2 Artigos Encontrados por Ano nas revistas	47
Gráfico 3Artigos sobre inclusão por Revista	47
Gráfico 4 Temas dos artigos.....	48
Gráfico 5 Artigos encontrados por ano nos anais	54
Gráfico 6 Artigos sobre inclusão nos anais	55
Gráfico 7 Relação de temas que não se encaixam	56

Índice de Tabelas

Tabela 1 Concepção da deficiência em cada momento histórico	21
Tabela 2 Propostas de adaptações para alunos com deficiência	33
Tabela 3 Dados da revista Orfeu	42
Tabela 4 Dados da revista Opus.....	43
Tabela 5 Dados da revista da ABEM	45
Tabela 6 Dados dos anais do SIMCAM.....	49
Tabela 7 Dados dos anais da ANPPOM	50
Tabela 8Dados dos anais da ABEM.....	52
Tabela 9 Contextualização dos trabalhos	58
Tabela 10Temática dos trabalhos.....	60

Lista de Abreviaturas e Siglas

- ABEM – Associação Brasileira de Educação Musical
- ANPPOM – Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Música
- CEART – Centro de Artes
- CPCD – Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo
- FLADEM – Fórum LatinoAmericano de Educação Musical
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
- PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais
- SIMCAM – Simpósio Internacional de Cognição e Artes Musicais
- UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

Sumário

Introdução.....	13
2. Justificativa e trajetória pessoal	17
3. Referências teórico-metodológicas	21
3.1. Histórico de inclusão no ensino brasileiro	25
3.2. Inclusão nas aulas de música	31
4. Levantamento bibliográfico comentado na área de educação musical.....	35
4.1. MAXQDA.....	38
5. Identificação e Quantificação dos trabalhos.....	42
5.1. Revistas.....	42
5.1.1. “Em Pauta”	42
5.1.2. “Orfeu”	42
5.1.3. “Opus”	43
5.1.4. Revista da ABEM.....	44
3.2.1 Gráficos dos dados das revistas	46
5.2. Anais.....	48
5.2.1. FLADEM	48
5.2.2. SIMCAM.....	49
5.2.3. ANPPOM	50
5.2.4. ABEM.....	51
5.2.5. Gráfico dos dados dos anais	54
6. Análise e percepções	58
6.1. Contextualização dos trabalhos.....	58
6.2. Atividades sugeridas	64
6.3. Formação de professores.....	68
7. Considerações finais.....	76
Referências	78

Introdução

Esse projeto de pesquisa busca analisar a partir de uma revisão bibliográfica, como tem se dado a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música em escolas de educação básica, no período dos últimos dez anos no Brasil. A inclusão de alunos com deficiência é um tema que vem sendo alvo de cada vez mais pesquisas, gerando debates a respeito de meios e formas de incluir pessoas com deficiência em todos os âmbitos da sociedade.

Dutra e Griboski (2006), comentam sobre esse aumento de debates sobre a escola inclusiva atualmente, o que, segundo elas, tem redefinido a “política pública para a construção de sistemas educacionais inclusivos que garantam o acesso pleno, sem nenhum tipo de discriminação em razão de condição econômica, social, cultural, racial, física, mental, sensorial ou linguística” (DUTRA e GRIBOSKI, 2006, p. 210).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) caracteriza a pessoa com deficiência como

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Segundo o Conselho Nacional de Educação, em se tratando de alunos com deficiência em sala de aula, o termo educação especial entende-se como um

processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001).

O texto ainda caracteriza alunos necessidades educacionais especiais como aqueles que apresentarem, durante o processo educacional:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:
 a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
 b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
 II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (BRASIL, 2001).

Hugo Beyer (2006) caracteriza a inclusão em sala de aula, e a promoção de uma educação inclusiva como “um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, não apenas como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais as mais diversas” (BEYER, 2006, p. 277).

Uma infinidade de leis e normas tem sido estipuladas, sendo a principal aqui no Brasil a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que tornou uma exigência a inclusão de alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular. Segundo Louro (2015), estamos vivendo o paradigma do suporte, que exige a criação de meios que possibilitem a participação de todas as pessoas, em especial, as com deficiências, em todos os âmbitos sociais com o máximo de autonomia. Para que isso seja alcançado, segundo a autora, o principal a ser estudado são as pessoas e o modo como elas aprendem, seu desenvolvimento motor e emocional e, também, seus problemas de aprendizagem, sem esquecer é claro de estudar música, metodologias, abordagens diferenciadas, estratégias pedagógicas e psicologia cognitiva.

Em meu trabalho de conclusão de curso, busquei investigar como se dá a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do sistema regular de ensino de uma escola pública de Pelotas – RS, e pude perceber que ainda há um grande tabu envolvendo o assunto. Para a minha pesquisa, realizei um estudo de caso com observações de algumas aulas envolvendo um aluno com deficiência, e entrevista com o professor a respeito de seu método de ensino, dificuldades e experiências envolvendo alunos de inclusão.

A partir de pesquisas para fundamentar meu projeto, percebi que os trabalhos que tratam a inclusão de alunos com deficiência em aulas de música no ensino básico ainda são poucos. A maioria deles era específico sobre aulas de música para alunos com deficiência visual ou auditiva, em ambientes de aula individual.

Foram pesquisados os anais do Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) dos anos de 2015 e 2017, e os anais da Conferência Regional Latino-Americana da International Society for Music Education (ISME) do ano de 2017. Nessa pesquisa, foram encontrados 33 trabalhos relacionados a inclusão, aulas de música e deficiências.

Desses 33 trabalhos, 10 deles eram específicos sobre aulas de música para alunos com deficiência visual e musicografia braile, outros 5 eram específicos sobre aulas de música e deficiência auditiva. Já os outros falavam em sua maioria de capacitação de professores, aulas de música para alunos com deficiências físicas e cognitivas, capacitação de professores, entre outro. Apenas 3 desses trabalhos eram sobre a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular.

Fantini, Joly e Rose (2016, p. 51) buscaram catalogar os trabalhos sobre educação musical e inclusão existentes até o ano de 2016, e, a partir de sua pesquisa, as autoras afirmam que:

[...] é penoso reconhecer o quanto ainda falta para se compreender as especificidades de cada deficiência por parte dos profissionais da educação, entre eles, os da educação musical, e compreender como há pouco investimento em trabalhos consistentes que venham contribuir para ampliar as facilidades comunicativas e informativas (FANTINI, JOLY e ROSE, 2016, p. 51).

Isso mostra o déficit de trabalhos e pesquisas na área da inclusão de alunos com deficiência em sala da aula, em aulas de música. Sendo este um assunto cuja necessidade de discussão tem aumentado gradativamente, em conjunto com o aumento de alunos com deficiência inseridos dentro de sala de aula.

É importante que se pesquise mais a respeito do que já tem sido feito, buscando perceber os desafios pelos profissionais para incluir os alunos com deficiência em suas aulas de música, quais as adaptações têm sido feitas e quais os resultados vêm sendo obtidos. Dessa forma, é possível aprimorar cada vez mais o trabalho de inclusão, trazendo esses alunos com deficiência cada vez mais dentro da sala de aula, de modo com que eles se sintam parte das atividades e possam aproveitar do mesmo modo com todos os colegas.

Como professora de música de uma escola que possui diversos alunos com deficiência e participante de projetos de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Pelotas que trabalham a inclusão de alunos com deficiência em aulas de música, percebo a necessidade de aprofundamento das pesquisas nesses assuntos para que a inclusão desses alunos com deficiência, que têm chegado cada vez em maior número para dentro das escolas.

Sendo assim, esse trabalho objetiva investigar as publicações voltadas para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular, nos últimos

dez anos, dentro dos periódicos de maior veiculação científica das áreas de música, e nos anais dos maiores congressos nacionais de educação musical.

Com isso, os objetivos específicos são: identificar e quantificar os trabalhos que tratem a respeito da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular e analisar as práticas que tem sido desenvolvidas para efetivar a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular.

A partir disso, tentar identificar as adaptações que vêm sido feitas pelos professores e pelas escolas para incluir alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular, procurar algumas das maiores dificuldades encontradas para a inclusão e quais os avanços que vêm sendo feitos para efetivar a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música da educação básica.

Para a realização dessa pesquisa decidiu-se utilizar o método de pesquisa bibliográfica. Serão utilizados os periódicos da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), e os anais dos seus congressos nacionais, bem como os anais do Simpósio de Cognição e Artes Musicais (SIMCAM), e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), todos do período de 2008 à 2018, cobrindo o período de 10 anos.

Para afunilar e facilitar o trabalho, serão utilizadas palavras-chave: Inclusão, Educação Musical Especial, Educação Especial, Educação Inclusiva, Cegos (e seus derivados), Autismo (e seus derivados), Surdos (e seus derivados), Tecnologia Assistiva, Deficiência e Síndrome de Down.

Essa pesquisa pretende conhecer o que têm sido feito, para, com isso, aprimorar o trabalho de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular, trazendo maior conhecimento do assunto, a conscientização da importância de se pensar na inclusão e no modo de efetivá-la, e, futuramente, elaborar metodologias de ensino de música que incluíssem alunos com deficiência.

2. Justificativa e trajetória pessoal

Iniciei meus estudos musicais aos sete anos de idade. A partir daí, meu amor pela música e por aprender mais dela só aumentou. Aos poucos fui me desenvolvendo no universo musical, aprendendo novos instrumentos, e desenvolvendo um gosto por ensinar.

Fiz aulas de música durante toda minha infância e adolescência, o que me ajudou a passar por muitas etapas da vida, afinal a música é uma arte que nos permite expressar, sentir, acalmar, agitar... o que sempre me deixou com o desejo de que ela fosse disponível a todos.

Aos 18 anos entrei na faculdade. Música Licenciatura, em Pelotas. O sonho de cursar música na faculdade já existia há um tempo, apesar de não ter sido a licenciatura a primeira escolha, ela foi a melhor que eu poderia ter tomado.

A paixão pelo ensino logo foi crescendo, e as dúvidas de como isso seria feito, também. Naquele mesmo ano, voltando para minha cidade natal para visitar a família, fiz uma visita a escola que minha mãe lecionava com professora de educação infantil.

No período ela estava dando aula para uma turma de maternal II (3 anos), e tinha na turma em torno de 20 a 25 alunos. Logo me chamou atenção um aluno que estava sentado em uma cadeira especial, rindo e brincando.

Observei enquanto ele brincava, tentava segurar os brinquedos, interagia com os colegas e, principalmente, com a minha mãe, que ele amava muito pois era muito dedicada e atenciosa com ele. Ele tinha 3 anos e havia sido diagnosticado com paralisia cerebral. Ficava sentado em uma cadeira especial com uma mesa, ou em uma cadeira de rodas para se locomover. Não tinha os movimentos das pernas, poucos movimentos dos braços e pouquíssimos das mãos e dedos.

Nesse dia surgiu meu primeiro interesse no ensino a alunos com deficiência pois me surgiu a dúvida: Como eu daria aulas de música a esse aluno com paralisia cerebral?

Por um tempo, pensei em fazer minha pesquisa a respeito de alunos com paralisia cerebral, mas durante a graduação outras experiências foram aumentando e expandindo esse desejo de saber como lecionar a outras deficiências também.

No meu quarto semestre de faculdade, durante a disciplina de orientação e prática pedagógico-musical, precisei fazer um breve estágio em um ambiente não convencional de ensino, isso é, que fosse fora de uma escola de educação básica.

Em minhas pesquisas, encontrei uma escola que possuía um ensino especial, totalmente focado em alunos com deficiência visual.

Durante minhas observações percebi que a escola era muito bem equipada, contando com salas diferenciadas para cada disciplina e professores treinados para lecionar a alunos que, além de cegos, possuíam deficiências motoras, físicas, mentais, cognitivas...

A sala de música contava com instrumentos adaptados em todos os cantos, e a professora, muito atenciosa, me contou diversas estratégias que ela utilizava no ensino de música a alunos com deficiência visual.

Essa oportunidade me abriu uma nova porta de estudo, onde eu pude observar duas aulas com esses alunos e ainda trabalhar com eles mais cinco aulas. Cada uma dessas cinco aulas foi um desafio, que me fazia buscar, realizar e adaptar atividades para esses alunos de maneira que eles pudessem usufruir de toda a aula.

A partir dessas pesquisas que foram realizadas em sites, em vídeos do YouTube, e, principalmente, em conversas com a professora de música da escola, que sempre foi muito prestativa e disposta a solucionar todas as minhas dúvidas, nasceu em mim uma curiosidade maior em relação a essa deficiência e em como musicalizar esses alunos, aumentando meu campo de pesquisa em relação às deficiências.

Ainda no quinto semestre, iniciei nos projetos de musicalização infantil e musicalização de bebês, que eram projetos de extensão direcionados a aulas de musicalização de crianças de 0 a 4 anos, em grupos de até oito e acompanhados pelos pais. As aulas possuíam duração de 30 minutos, e eram todas planejadas e sempre seguindo um roteiro fixo de momentos durante a atividade.

O projeto possuía várias turmas, e foi crescendo no decorrer dos anos, e eu atuei em algumas delas. Nesse projeto, sentiu-se a necessidade de estudar a respeito da inclusão de alunos com autismo durante as atividades, quando começaram a chegar pais interessados em escrever seus filhos com esse transtorno nas aulas.

Aos poucos os estudos foram começando, nos projetos de pesquisa e ensino concomitantes ao projeto de extensão, como era o caso do Grupo de Estudos em Educação Musical e Inclusão (GEEMIN), onde nos reuníamos para estudar a respeito de estratégias, metodologias e adaptações que podíamos fazer nas aulas do projeto e que incluíssem os alunos autistas nas aulas.

Já no meu sexto semestre da faculdade, na disciplina de estágio II, tive uma experiência que me fez refletir muito e foi decisiva em relação ao tema da minha pesquisa inicial da graduação, e me levou a escolher o tema de educação musical e inclusão para meu trabalho de conclusão de curso da graduação.

As aulas foram aplicadas em uma turma do 5º ano do ensino fundamental, que possuía vinte e cinco alunos, e contava com um aluno autista e uma aluna com grandes dificuldades de aprendizagem, porém sem laudo. Durante as aulas esses alunos ficaram de lado e não participaram das atividades, mesmo com esforços para introduzi-los nas aulas e atividades preparadas e direcionadas a eles.

Apesar de muitas tentativas, a falta de experiência nos levou (eu e minha colega que estagiou comigo) a não conseguir incluir esses alunos em nossas aulas de música. Ainda não conhecíamos estratégias que aproximassem eles e criassem uma curiosidade em participar das atividades.

Os estudos continuaram, e no sétimo semestre novamente fomos para uma sala de aula com um aluno com autismo, dessa vez na disciplina de estágio III e dessa vez muito mais preparadas. Seguimos fazendo o estágio em duplas, o que foi muito importante pois conseguíamos nos dividir durante as aulas, e, enquanto uma direcionava-se a turma, a outra focava apenas em auxiliar o aluno com autismo.

Essa experiência foi muito mais promissora. Enquanto inicialmente o aluno nem se pronunciava em sala de aula, e os colegas apenas diziam que “ele não sabe falar”, “ele não participa”, “ele não faz nada”, na última aula ele estava participando de uma atividade em grupo.

Enquanto isso, ainda no meu sexto semestre de faculdade iniciei um trabalho dando aulas de música em uma escola de educação básica particular. Lecionava nas turmas de primeiro ao quarto ano do ensino fundamental, sendo um total de 4 turmas.

As turmas eram bem pequenas, por ser o primeiro ano da escola, e não havia muitos alunos. Apesar disso, das cerca de 12 crianças que estudavam no colégio, havia uma aluna com síndrome de down, uma com paralisia infantil e epilepsia, um aluno com dislexia, e dois alunos sem laudo, somando quase 50% da escola.

Mesmo as turmas sendo pequenas, encontrei grandes dificuldades em lecionar certos conteúdos a cada deficiência. Tanto a aluna com síndrome de down quanto a com paralisia infantil possuíam um grau bem severo, e foi difícil encontrar atividades em que elas além de conseguirem participar, demonstrassem interesse.

As atividades eram planejadas pensando nesses alunos, e os materiais adaptados ou não eram todos produzidos por mim, por ser uma escola nova, pequena e sem muitos recursos financeiros.

Terminei a faculdade, apresentei meu trabalho, e segui trabalhando nessa escola. Iniciei a pós graduação logo que me formei, e já com o intuito de seguir a minha pesquisa.

Trabalhei nessa escola por mais um ano, agora com turmas maiores, alguns alunos diferentes, novas deficiências e novas experiências. Foi um ano cansativo e as vezes frustrante, mas também de muito aprendizado.

Enquanto preparava minhas aulas, estudava mais sobre como incluir esses alunos nelas, como ensinar música a alunos com deficiência, e quero continuar trabalhando nisso.

Atualmente estou trabalhando na rede municipal de ensino da cidade de Pelotas/RS. As turmas em que atuo, apesar de possuírem alunos com deficiência, são turmas de ensino integral, onde os alunos entram às 8h da manhã e saem às 17h.

Foram poucas experiências que tive com meus alunos pois estamos em 2020, em plena pandemia e apenas com aulas online ou entrega de atividades impressas, mas o suficiente para continuar o desejo de estudar mais e estar cada vez mais preparada para ensinar alunos com deficiência em minhas aulas de música na educação básica.

Esse trabalho é uma continuação não apenas da minha pesquisa da graduação, mas de uma pesquisa que eu preciso fazer todos os dias para aperfeiçoar um trabalho e conseguir, ou, ao menos tentar, permitir que os alunos com deficiência incluídos nas aulas de escolas de educação básica possam ter um ensino de música igualitário com os seus colegas de sala.

3. Referências teórico-metodológicas

Desde os tempos antigos, a pessoa com deficiência passou por situações de total exclusão e de extrema atrocidade, ao ponto de crianças que nasciam com alguma deficiência serem abandonadas a até mesmo sacrificadas, os que conseguiam se salvar eram colocados em circos e hospícios ao crescerem, sendo caracterizados como aberrações e utilizados como formas de entretenimento (LOURO, 2012).

Aranha (1995) traz em seu relato “resumidamente, a reflexão sócio-histórica sobre a integração social do deficiente, atrelada à análise sobre a concepção de deficiência vigente em cada momento histórico” (1995, p. 2). Segundo ela, a concepção sobre a deficiência é dada de acordo com as “relações de produção vigentes em cada momento histórico” (*ibid*), como podemos ver na tabela abaixo:

Quadro 1 Concepção da deficiência em cada momento histórico

ANTIGUIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Relações de produção embasadas na agricultura, pecuária e artesanato; Indivíduos considerados sub-humanos, dependentes dos seus senhores que eram os detentores de posses e bens; As crianças com deficiência eram expostas e abandonadas para morrerem.
IDADE MÉDIA	<ul style="list-style-type: none"> A atividade econômica segue sendo agricultura, pecuária e artesanato, com a diferença do início do sistema feudal. A igreja passa a retratar o homem como criação racional de Deus, para tanto, possuidor de alma. A constituição social da população passa a ser nobreza-clero-servos, e, não se é mais permitida a extermínio da pessoa com deficiência por essa ser possuidora de uma alma. Pessoas com deficiência passam a ter sua sobrevivência dependente da boa vontade de famílias e da igreja, que os aceitava em troca de serviços. A deficiência passou a ser atribuída a “desígnios divinos, [...] (e) a possessão pelo demônio”, e a atitude da sociedade costumava ser caracterizada por torturas e punições, incluindo a morte.

REVOLUÇÃO BURGUESA	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança do sistema de produção para o capitalismo; • Inicia-se uma nova divisão social do trabalho, passando a ser em forma de contratos entre os funcionários e os donos de meios de produção. • As pessoas com deficiência se tornam aquelas ditas improdutivas, que causam gastos à sociedade quanto a suas necessidades. • Com os avanços da medicina, a deficiência deixa de ser vista como problema teológico e passa a ser vista como problema médico, passando a serem criados hospitais psiquiátricos.
SÉCULOS XVII E XVIII	<ul style="list-style-type: none"> • A deficiência começa a ser vista como fenômeno médico e educacional, sendo iniciadas uma diversidade de atitudes como institucionalização em conventos ou hospícios e o ensino especial
SÉCULO XIX	<ul style="list-style-type: none"> • O fortalecimento do capitalismo inicia a necessidade da estruturação de sistemas de ensino e escolarização que formem cidadãos com a mão de obra necessária para a produção; • O setor público passa a ser responsabilizado pelas necessidades das pessoas com deficiência. • Criação dos primeiros hospitais e institutos voltados para pessoas com deficiência, marcando o início de uma qualidade de vida para essas pessoas,
SÉCULO XX	<ul style="list-style-type: none"> • Implanta-se o capitalismo moderno, caracterizado pelos grandes capitalistas que definem a força de trabalho necessária para aumentar seu capital, criando condições para garantir os trabalhadores, enquanto a população excedente permanece marginalizada; • As leituras de deficiência multiplicam-se em diferentes modelos: metafísico, médico, educacional, de determinação social e sócio-histórico. • Criação das primeiras legislações e entidades direcionadas à educação especial.

Fonte: ARANHA (1995)

A partir do século XX, as primeiras legislações e movimentações foram criadas, segundo Soler e Mendes,

o movimento de inclusão escolar passou a ser amplamente disseminado não apenas com base na questão sobre como realizar intervenções diretamente voltadas para as pessoas com necessidades educacionais especiais, mas, principalmente, sobre como a sociedade pode ser reestruturada de modo a permitir a participação plena dessas pessoas. (SOLER e MENDES, 2015, p.6)

Sendo assim, no ano de 1981 iniciaram-se uma série de discussões, manifestações e protestos com o objetivo de buscar a melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiência, tendo esse sido declarado o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” pela Organização das Nações Unidas – ONU.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 208, parágrafo III, instituiu o dever do Estado em garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Ao se assumir que a pessoa com deficiência necessitava não só de serviços de avaliação e capacitação oferecidos no contexto das comunidades, mas também da garantia de acesso a todos os estabelecimentos e espaços da sociedade, foi criado um conceito em relação à inclusão, denominado “Paradigma de Suporte” (MEC, 2005). De acordo com Louro (2012, p. 27):

O conceito baseia-se no pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direito à convivência não segregada e ao acesso imediato e contínuo aos direitos disponíveis aos demais cidadãos. No entanto, para que isso aconteça, é necessário que haja um suporte (social, econômico, físico ou instrumental), um meio que garanta o acesso a todo e qualquer recurso da comunidade (LOURO, 2012, p. 27).

Em 2009 foi incorporado ao Brasil pelo Decreto nº 6949 a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo - CPCD, cujo propósito é “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (CPCD, 2012, p. 26). A meta da Convenção é adequar “a legislação e as práticas administrativas para assegurar que a deficiência seja apenas mais uma característica da diversidade humana” (p. 11).

Também foram criadas nesse meio tempo legislações que se aplicam diretamente a deficiências específicas, ou mesmo a pessoas com deficiência em geral, podendo-se citar:

- Lei nº 4.169/62: oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos;
- Lei nº 8.899/94: concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual;
- Lei nº 10.048/00: dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência;

- Lei nº 10.098/00: estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Lei nº 10.463/02: dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Lei nº 12.349/10: regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

A lei mais recente criada é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, vigente desde o ano de 2016, e que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015), e se aplica a acessibilidade, desenho universal, tecnologia assistiva ou ajuda técnica, barreira (obstáculo que limite ou impeça a participação social da pessoa), comunicação, adaptações razoáveis, elemento de urbanização, mobiliário urbano, pessoa com mobilidade reduzida, residências inclusivas, moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, atendente pessoal, profissional de apoio escolar e acompanhante.

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, no ano de 2010 foram contabilizadas mais de 45 milhões de pessoas que possuem algum tipo de dificuldade para ver, ouvir, se movimentar ou algum tipo de incapacidade mental no Brasil. O próprio site criou uma imagem para representar o que isso significa em um gráfico, que demonstra como seria o Brasil se tivesse apenas 100 habitantes.

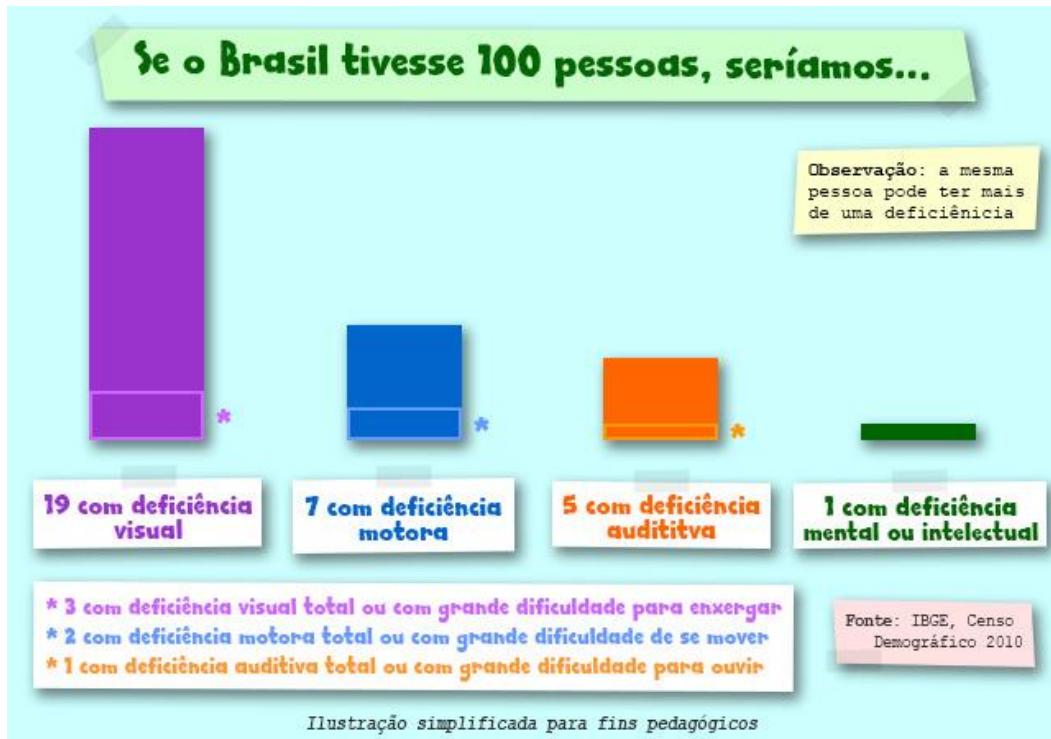


Figura 1 Pessoas com deficiência no Brasil

Fonte: IBGE, 2010

A pesquisa do censo foi se a pessoa era portadora de deficiência visual, auditiva, motora, mental/intelectual, não tendo considerado como deficiência mental as perturbações ou doenças mentais como autismo, neurose, esquizofrenia e psicose.

Esse gráfico demonstra a importância de cada vez mais pesquisas e adaptações de modo a incluir os brasileiros com deficiência não só na educação básica, como é o tema desta pesquisa, mas em todas as áreas da sociedade, garantindo o direito a emprego, saúde e bem-estar.

3.1. Histórico de inclusão no ensino brasileiro

A inclusão de crianças com deficiência no sistema regular de ensino foi gradual, e passou pelos momentos de exclusão, separação, integração e, por fim, inclusão.

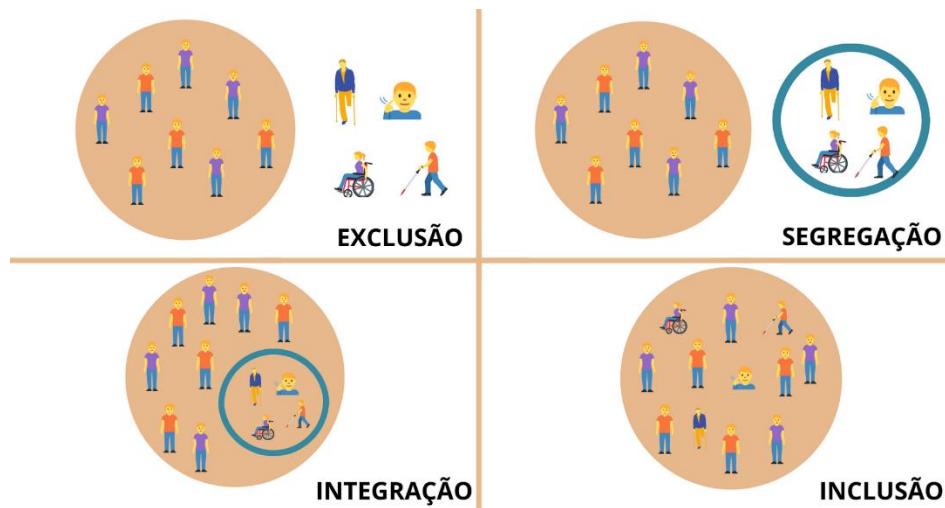


Figura 2 Fases do processo de inclusão
Fonte: Elaborado pela autora

Regina Fink (2009) em sua tese de doutorado, que tem como tema perspectivas de uma ação pedagógica inclusiva através do ensino de música a um aluno surdo, traz uma breve perspectiva histórica do processo de inclusão dentro de sala de aula, dividindo esse processo em quatro fases distintas:

- *Fase da exclusão*: Período entre as sociedades antigas, Idade Média, até o início do século XX. As pessoas com deficiências e outras condições excepcionais eram consideradas indignas não só da educação escolar como de boa parte das outras áreas da sociedade.
- *Fase da segregação*: Início do século XX. Criação de centros especiais de atendimento a pessoas com deficiência, que proporcionavam aos indivíduos alfabetização e preparação para o trabalho. Nesse período o sistema educacional funcionava paralelamente com educação especial e educação regular, sendo elas duas áreas distintas e não uma só.
- *Fase da integração*: Início da década de 1970. As pessoas com deficiência passam a ter acesso a classe regular a partir da criação de algumas legislações, porém devendo se adaptar ao contexto escolar e não este se adaptar a elas, excluindo os alunos que não conseguiam esta façanha.
- *Fase da inclusão*: Década de 1980. Aumento no número de legislações, decretos e movimentos em prol da inclusão de alunos com deficiência nas escolas, criando um aumento significativo no número de alunos frequentando as classes regulares.

A respeito da inclusão de alunos dentro de sala de aula, Dutra e Griboski (2006) comentam que:

A concepção e os princípios da educação inclusiva dentro de um contexto mais amplo que dizem respeito à estrutura da sociedade em que vivemos, associados aos movimentos de garantia dos direitos exigem a transformação dos sistemas de ensino em relação à fundamentação, à prática pedagógica e aos aspectos do cotidiano da escola (DUTRA e GRIBOSKI, 2006, p. 210).

Porém, como eles afirmam logo a seguir, “os indicadores de exclusão na escola nos mostram que os sistemas de ensino conhecem pouco sobre as desigualdades e suas consequências sociais” (ibid), o que dificulta a criação de escolas inclusivas, pela a incapacidade do sistema de reconhecer as diferenças e assim, criar formas de reverter essa situação em políticas de superação de dificuldades.

Fávero (2006) comenta que ninguém nega conscientemente o direito a educação para as pessoas com deficiência, a educação é um direito humano, fundamental e indisponível, porém, “diante das dificuldades práticas que se colocam, freqüentemente admitem que esse direito estaria suprido se elas fossem educadas separadamente, apenas em ambientes especializados. Às vezes justificam que é para o “seu próprio bem” (FÁVERO, 2006, p. 254).

Para Dutra e Griboski (2006, p. 211),

A educação inclusiva orientada pelos princípios dos direitos humanos e pela proposta pedagógica de que todos podem aprender passa a contrapor o paradigma tradicional da organização do sistema educacional, que conduzia políticas especiais para pessoas com deficiência definidas no modelo de segregação e de integração, com ênfase na abordagem clínica (DUTRA e GRIBOSKI 2006, p. 211).

Para os autores, a criação de escolas especiais ou mesmo do encaminhamento de alunos com deficiência para salas especiais, produz espaços segregados, “que acabam por discriminar e excluir alunos em razão de deficiências, desvantagens, dificuldades e atitudes” (ibid). Isso é, ao invés da inclusão ocorre a segregação, colocar os alunos em salas especiais, promovendo a exclusão desses alunos, o que é bem ao contrário do desejado.

Fávero (2006) lembra que são comuns “recusas de alunos pelos mais diferentes motivos, que vão desde uma pequena dificuldade de aprendizado, até uma deficiência grave, mas que não impede o aluno de uma interação, ainda que pequena, com os demais”, e que se sabe que alunos com certos tipos de deficiência precisam

de atendimento especializado para poderem usufruir de uma educação de qualidade, mas isso não é desculpa para a restrição desses alunos no ambiente escolar, e que “ao contrário, esse atendimento deve oferecer subsídios para que os alunos com deficiência possam aprender conteúdos específicos concomitantemente com o ensino comum” (FÁVERO 2006, p. 255).

Isso é o que Lüders e Araújo (2009) também afirmam quando dizem que

para que seja possível um sistema inclusivo, o paradigma deve ser o da inclusão, na perspectiva da heterogeneidade, implicando a reorganização das práticas escolares em relação ao currículo, planejamentos e ao processo de avaliação, abrindo-se a possibilidade de análise da escola sob todos os aspectos inerentes ao cotidiano (LÜDERS e ARAÚJO, 2009, p. 3).

Segundo Lüders e Araújo (2009), ao se identificar as barreiras que impedem o acesso a educação por alunos com deficiência, inicia-se a busca de recursos para ultrapassá-las, o que pressupõe “um novo paradigma educacional de construção da escola regular, considerada como espaço de ação e transformação, aberta às diferenças, estendendo a todos os alunos o acesso às novas oportunidades educacionais, garantindo sua permanência” (LÜDERS e ARAÚJO, 2009, p.4).

No Brasil, em 1996 foi criada a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 que determinava o atendimento educacional a alunos com deficiência na regular de ensino

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Entretanto, apesar da legislação existir, segundo Schambeck (2016),

faltam mecanismos que garantam a operacionalização da LDBEN, seja em relação à organização de uma escola que, efetivamente, atenda às necessidades básicas de aprendizagem de todos os seus alunos, seja nos procedimentos que serão adotados no cotidiano, da educação infantil até a educação superior, além da formação de professores para atuarem nesse contexto (SCHAMBECK, 2016, p. 22).

A partir disso, em 2001 a Resolução nº2/2001, instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, regulamentando a prática da inclusão

e o atendimento educacional especializado nos estados brasileiros, garantindo o direito de educação aos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as etapas de ensino, instituindo que o “atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica” (BRASIL, 2001).

Dentre os deveres da escola, em seu artigo 8 a Resolução institui a capacitação de professores para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos, flexibilizações e adaptações curriculares de modo a obter metodologias e recursos didáticos diferenciados, bem como processos de avaliação adequados aos alunos, serviços de apoio pedagógico especializado, tanto nas salas comuns quanto nas salas de recurso e flexibilidade do tempo de conclusão do currículo previsto para alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas.

Ainda prevê condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa.

Em 2003 foi lançado o Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, que objetiva formar gestores e educadores de modo que os sistemas educacionais se transformem em sistemas inclusivos, “tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares” (MEC, 2005).

Esse programa foi uma forma de disseminação da política pública de inclusão na educação escolar, e iniciou um processo de reflexão dentro dos sistemas educacionais, e afirma o direito de todos a educação, iniciando um debate sobre diversidade e inclusão na formação de educadores, de forma que eles passem a compreender as diferenças como parte da identidade de cada sujeito (DUTRA e GRIBOSKI, 2006). Além disso, passa aos sistemas de ensino a responsabilidade de

[...] garantir que nenhum aluno seja discriminado, de reestruturar as escolas de ensino regular, de elaborar projeto pedagógico inclusivo, de implementar propostas e atividades diversificadas, de planejar recursos para promoção da acessibilidade nos ambientes e de atender às necessidades educacionais especiais, de forma que todos os alunos tenham acesso pleno ao currículo (DUTRA e GRIBOSKI, 2006, p. 213).

Em 2009 a CDPD em seu artigo 24 referiu-se ao direito da pessoa com deficiência à educação, assegurando:

a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;

b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;

c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre.

Entre outras coisas, a Convenção visava garantir que as pessoas com deficiência não fossem excluídas do sistema educacional em nenhuma de suas fases, tendo acesso igualitário tanto ao ensino primário quanto ao secundário, a criação de adaptações e o fornecimento do apoio necessário de modo a facilitar sua educação, e a utilização de Braille e da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS quando necessário.

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência previu em seu quarto capítulo, as obrigações dos sistemas de ensino e o direito à educação para as pessoas com deficiência:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, art 27).

Algumas das exigências estabelecidas nesse artigo são: Projeto Político Pedagógico - PPP, que institucionalize o atendimento educacional especializado, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade; estudos de caso e elaboração de plano de atendimento educacional especializado e acessível; adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado; formação de professores para atendimento especializado, intérpretes e guias, incluindo oferta de ensino de libras e braile, adoção de medidas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência em todos os ambientes; acesso à educação superior, profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições;

Segundo Lüders e Araújo,

Atualmente, são os alunos com deficiência que freqüentam as escolas regulares, que estão desencadeando nos sistemas educacionais, um processo de reflexão mais amplo quanto à concepção de escola e de práticas pedagógicas, para que seja possível a construção de sistemas educacionais inclusivos, que reconheçam a diversidade e a capacidade de aprender, não fragmentando o conhecimento. Ou seja, a construção de um sistema inclusivo para todos. (LÜDERS e ARAÚJO, 2009, p. 3).

Isso é, com o aumento de alunos com deficiência nas escolas, mais se tem pensado a respeito de sua inclusão, promovendo assim um sistema cada vez mais preparado e diversificado, que valorize as diferenças de seu alunado. O processo de inclusão, para ser efetivo, necessita de diversas reformulações de ensino, sejam curriculares, metodológicas, avaliativas e formativas.

3.2. Inclusão nas aulas de música

Em agosto de 2008, foi promulgada a Lei Federal nº 11.769, a qual instituiu a obrigatoriedade da música como componente curricular, devendo ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, dentro do ensino da arte.

Já em 2016, a Lei nº 13.278 alterou a obrigatoriedade da música como componente curricular, tornando-a uma das linguagens que constituirá o componente curricular arte, juntamente com as artes visuais, a dança e o teatro.

Assim, atualmente a música está incluída no currículo das escolas da maioria das cidades, porém, por não ser obrigatória, há ainda muitos lugares que não contam com ela em sua grade.

A música como componente curricular, trabalha a área didática musical, sendo realizada por um professor de música, onde “relação professor e aluno é limitada a questões musicais, teóricas e práticas” Suzano (2016). De acordo com Bogaerts (2010), “mais do que sensibilizar, desenvolver habilidades e transmitir conteúdos, o professor de música pode colaborar para o desenvolvimento global de seus alunos” (BOGAERTS, 2010, p. 2). Segundo, Bogaerts e Magalhães (2012),

Sendo a música uma área que possibilita a expressão, favorece a imaginação, estimula a sensibilidade, a organização e tantos outros aspectos, a aula de música pode contribuir significativamente para o desenvolvimento e a integração dos alunos. O professor de música pode admitir diferentes graus na expressão de seus alunos e procurar sensibilizar o maior número possível de elementos: físico, afetivo e mental (BOGAERTS e MAGALHÃES, 2012, p. 4).

Quando as atividades musicais são bem estruturadas, envolventes e adequadas a faixa etária dos alunos, a autora comenta que “podem colaborar, entre outros aspectos, para o desenvolvimento emocional, motor e cognitivo da criança” (BOGAERTS, 2010, p.2).

É importante lembrar, que quando falamos sobre educação musical e inclusão, educação musical e educação especial, educação musical e deficiências, enfim, qualquer desses assuntos envolvendo educação musical, não nos referimos a musicoterapia. Segundo a World Federation of Music Therapy (WFMT),

A musicoterapia é o uso profissional da música e seus elementos como uma intervenção em ambientes médicos, educacionais e cotidianos com indivíduos, grupos, famílias ou comunidades que buscam otimizar sua qualidade de vida e melhorar seus aspectos físicos, sociais, comunicativos, emocionais, saúde intelectual e espiritual e bem-estar. (WFMT, 2011).

Na musicoterapia, o efeito da música é terapêutico, ao contrário da educação musical, onde ele é educacional. O musicoterapeuta busca, através da música, auxiliar o indivíduo em sua reabilitação física ou mental. O profissional que trabalha nessa área possui uma formação específica, diferente da licenciatura em música, que forma o educador musical.

Ambas possuem resultados semelhantes, e, principalmente, auxiliam no desenvolvimento da pessoa com deficiência, porém cada uma possui uma função específica.

O ensino da música, com o educador musical, deve priorizar conteúdos musicais específicos e desenvolver habilidades e competências, semelhante a outras cadeiras da educação como português e matemática.

É comum nos depararmos com a situação de que, “a produção artística de pessoas com deficiência é vista como demonstração de superação de limites e não se colocam os mesmos critérios de exigência e qualidade esperados de artistas em geral” (OLIVEIRA e REILY, 2015, p. 4). Entretanto, assim como qualquer outro aluno de sala de aula, o processo e o produto devem ser avaliados e considerados de acordo com as capacidades e dificuldades daquele aluno.

Segundo Louro (2012), a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's de 1988, “o aluno, enquanto pessoa com deficiência, não precisa mais cumprir determinados conteúdos tidos como importantes”, mas ao invés disso, deve-se

“promover adaptações (a partir do currículo proposto), para que o aluno possa absorver os conteúdos possíveis e condizentes com a fase de desenvolvimento intelectual em que ele se encontra” (LOURO, 2012, p. 33). Esse trabalho de adaptações de conteúdos e de atividades necessita tempo e capacitação, ainda segundo a autora, as adaptações propostas são:

Quadro 2 Propostas de adaptações para alunos com deficiência

OBJETIVO	Oferecer objetivos alternativos a partir de um mesmo conteúdo, visando os alunos que necessitam deste tipo de diferenciação
PLANEJAMENTO E TEMPORALIDADE	Estender o tempo de aprendizagem (numa determinada matéria) que se apresente particularmente dificultosa para o aluno;
METODOLOGIA	Utilizar diferentes estratégias para se atingir o objetivo proposto;
AVALIAÇÃO	Utilizar diferentes formas para mensurar o ganho intelectual do aluno.

Fonte: LOURO (2012)

Como as aulas de música contém muitas atividades práticas e permitem a expressão individual dos alunos dentro delas de diferentes formas, por vezes a inclusão pode parecer mais “simples” e os professores acabam não pensando muito em adaptar suas aulas para os alunos, o que na verdade acaba complicando mais o trabalho. Schambeck (2016) lembra que “os professores, a partir da implantação das orientações legais, deparam-se com a necessidade de encontrar formas alternativas de trabalho de modo a incluir, também nas atividades musicais, alunos com deficiência” (SCHAMBECK, 2016, p.28).

Louro (2012, p. 37) comenta que para que a inclusão dentro das aulas de música seja posta em prática, “serão necessários professores com melhor qualificação profissional, bem como construções que contemplem a acessibilidade, além de materiais adaptados, salas com apoio pedagógico-musical, etc.”. Isso sem contar na importância dos monitores dentro de sala de aula para auxiliarem o professor durante as atividades, dando um auxílio especial e direcionado ao aluno com deficiência.

Além disso, o professor precisa possuir conhecimento sobre a deficiência, para assim poder criar atividades que o alcancem e o façam progredir musicalmente, pois “quanto maior a compreensão da deficiência em questão, maiores as chances de ganho cognitivo por parte do aluno” (LOURO, 2012, p. 51).

A partir desse conhecimento do aluno, e posteriormente do local onde será trabalhado com ele – neste caso, a sala de aula de uma escola de ensino regular – é necessário definir os conteúdos que serão trabalhados. Por ser uma turma mista, composta por alunos com e sem deficiência, é necessário se pensar em cada um individualmente e ao mesmo tempo em todos como um todo. Não há um currículo base para o ensino de música, e a maioria das escolas não possui muito a respeito em seu PPP, o que nesse caso, pode facilitar um pouco pela liberdade de escolha do conteúdo.

Enquanto isso, os objetivos precisam estar de acordo com o potencial de aprendizagem do aluno, sendo necessário para o alcance desses, um método para orientar o percurso do aprendizado, sempre levando em conta as particularidades de cada aluno em especial (LOURO, 2012, p.60,61).

Bogaerts ressalta a importância do papel do professor no processo inclusivo. Segundo ela,

Através de atividades que beneficiem a todos, de material adequado, do uso de diversos procedimentos de ensino, da flexibilização do seu plano de aula, de um olhar atento e, principalmente, do respeito às diferenças e do respeito ao próximo, o professor se torna o principal agente do processo inclusivo.

Claro que não só isso como as condições necessárias para que isso seja possível dentro de sala de aula, um suporte escolar e pedagógico tanto ao professor quanto aos alunos também é muito necessário.

4. Levantamento bibliográfico comentado na área de educação musical

Como o objetivo desse trabalho foi investigar as publicações voltadas para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular, nos últimos dez anos, dentro dos periódicos de maior veiculação científica das áreas de música, e nos anais dos maiores congressos nacionais de educação musical, e, a partir disso, identificar e quantificar os trabalhos que tratem a respeito da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular e analisar o que vêm sido feito para efetivar a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular, foi escolhido como metodologia a pesquisa bibliográfica.

Segundo Severino (2007) a pesquisa bibliográfica se caracteriza por se realizar “a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.” (SEVERINO, 2007, p. 122). Esse tipo de pesquisa utiliza-se se dados ou categorias teóricas que já foram trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. “Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (ibid).

Para Gil, “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45), o que, no caso desta pesquisa, torna-se muito importante, já que pretende se ter uma visão ampla das publicações.

Em relação a escolha dos canais de pesquisa, Gil comenta que

As fontes bibliográficas mais conhecidas são os livros de leitura corrente. No entanto, existem muitas outras fontes de interesse para a pesquisa bibliográfica, tais como: obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e de resumo (GIL, 2002, p. 67).

Para a realização da revisão bibliográfica desse projeto, foi feita uma análise primeiramente nas revistas de maior veiculação da área da educação musical e também nos anais dos grandes eventos da área em busca de artigos relacionados a educação musical e inclusão. Esses trabalhos poderiam ser também sobre autismo, deficiência auditiva, visual ou física, e outras deficiências, desde que relacionados a

uma educação musical direcionada a esses alunos em salas de aula da educação básica.

As revistas analisadas foram:

- *Em Pauta*, que pertence ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- *Orfeu*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Música do Centro de Artes (CEART) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC);
- *Opus*, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Música – ANPPOM;
- Revista da Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM.

Quanto aos anais de eventos, foram analisados:

- SIMCAM - Simpósio Internacional de Cognição de Artes Musicais 2009/2019
- ANNPOM - Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Música 2009/2019
- ABEM – Associação Brasileira de Educação Musical – Congressos nacionais 2009/2019
- FLADEM – Fórum Latino Americano de Educação Musical
 - XXI Seminário Latino-americano de Educação Musical – 2015;
 - I Fórum Latino Americano de Educação Musical na Educação Básica – 2018;
 - II Seminário Nacional do Fladem Brasil – 2018.

Em relação ao FLADEM, a maior parte do site estava em manutenção, só sendo possível encontrar anais desses três eventos dentro dele.

Durante a pesquisa foram utilizadas as palavras-chave: Inclusão, Educação Musical Especial, Educação Especial, Educação Inclusiva, Cegos (e seus derivados), Autismo (e seus derivados), Surdos (e seus derivados), Tecnologia Assistiva, Deficiência e Síndrome de Down.

A escolha das palavras-chave foi sendo definida no decorrer da pesquisa por se tratar de um assunto amplo, assim sendo, podemos determinar no gráfico abaixo a frequência em que cada uma apareceu durante a pesquisa, valendo-se destacar que alguns trabalhos possuíam mais de uma palavra-chave que se enquadrava na pesquisa, como por exemplo inclusão e cegos, ou educação especial e surdos. Abaixo

apresenta-se a relação das palavras-chave e sua ocorrência nos textos.

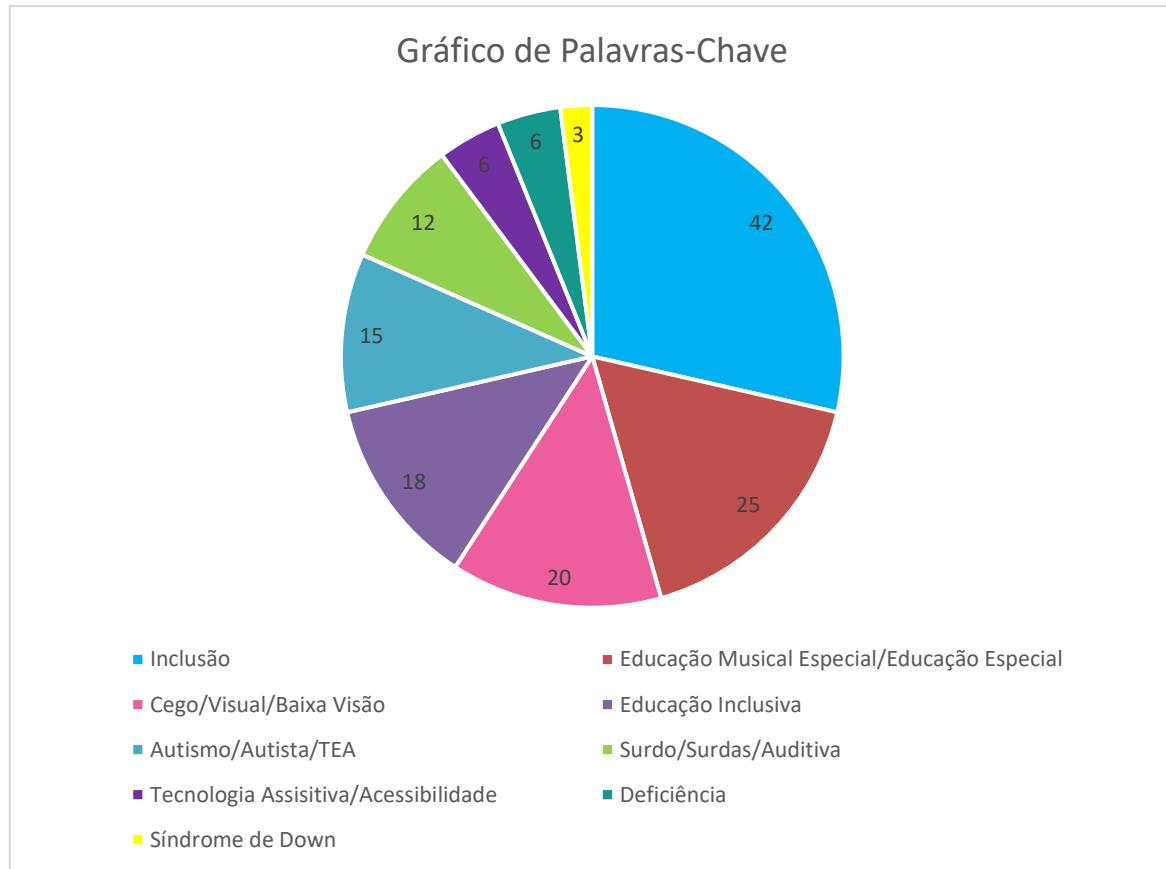


Gráfico 1 Palavras-chave
Fonte: Elaborado pela autora

Incluo também uma imagem retirada do aplicativo MAXQDA, no qual foram codificadas as palavras-chave de cada um dos artigos como forma de organizar os dados coletados para análise.

Lista de Códigos		210
④ Inclusão	42	
④ Educação Musical Especial	25	
④ Cego/Baixa visão/Visual	20	
④ Educação Inclusiva	18	
④ Autismo/Autista/TEA	15	
④ Surdo/Surdas/Auditiva	12	
④ Tecnologia Assistitiva/Acessibili...	6	
④ Deficiência	6	
④ Síndrome de Down	3	

Figura 3 Imagem retirada do aplicativo MAXQDA
Fonte: Elaborado pela autora

A partir dessa breve análise por palavras-chaves, foi realizada a leitura de cada um dos artigos para catalogar quais deles se enquadravam ou não nesta pesquisa, para que pudesse-se iniciar o processo de categorização dos dados coletados.

4.1. MAXQDA

Após a busca completa pelos periódicos já citados e anais de eventos, todos os textos encontrados foram enviados para o programa MAXQDA, onde os arquivos foram lidos e analisados.

O programa MAXQDA é um *software* para a análise de dados qualitativos. Ele suporta arquivos de texto, áudio, vídeo, imagem, PDF e tabelas, permitindo a análise de textos, entrevistas, transcrições, gravações em áudio/vídeo, revisões de literatura etc. Com ele, foi possível analisar muito mais detalhadamente cada um dos trabalhos encontrados, graças as suas mais variadas funções.

O motivo de escolha deste programa, foi pelo seu grande período de avaliação gratuita – 30 dias, e pela sua grande gama de funções e possibilidades, que facilitaram a identificação e quantificação dos trabalhos sobre inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular.

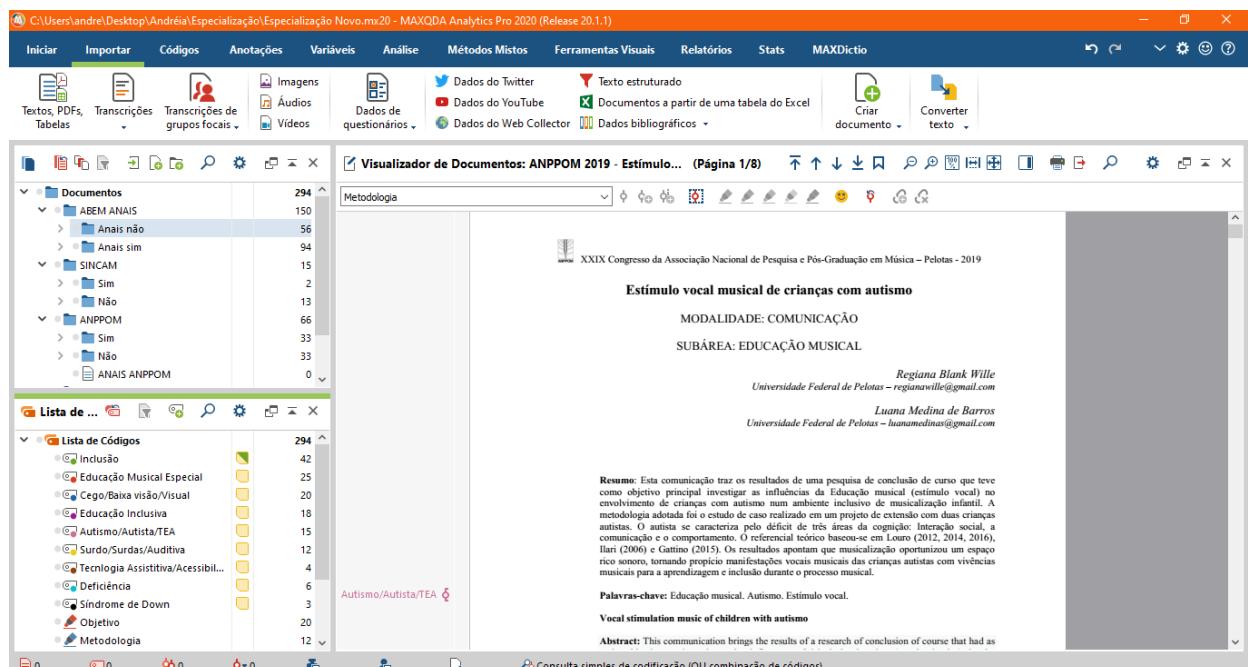


Figura 4 Programa MAXQDA
Fonte: Elaborado pela autora

Ele permite a fácil codificação de documentos, a importação de PDFs, documentos de texto, tabelas, vídeos do YouTube, dados de questionário, imagens, vídeos, áudios, entre outros diversos modelos.



Figura 5 Possibilidades de Importações do MAXQDA
Fonte: Elaborado pela autora

Para esta pesquisa, inicialmente foram importados todos os artigos baixados dos periódicos e eventos que foram encontrados a partir da busca por palavras-chave. Seus resumos foram lidos um a um, e foi realizada a codificação das palavras-chave.

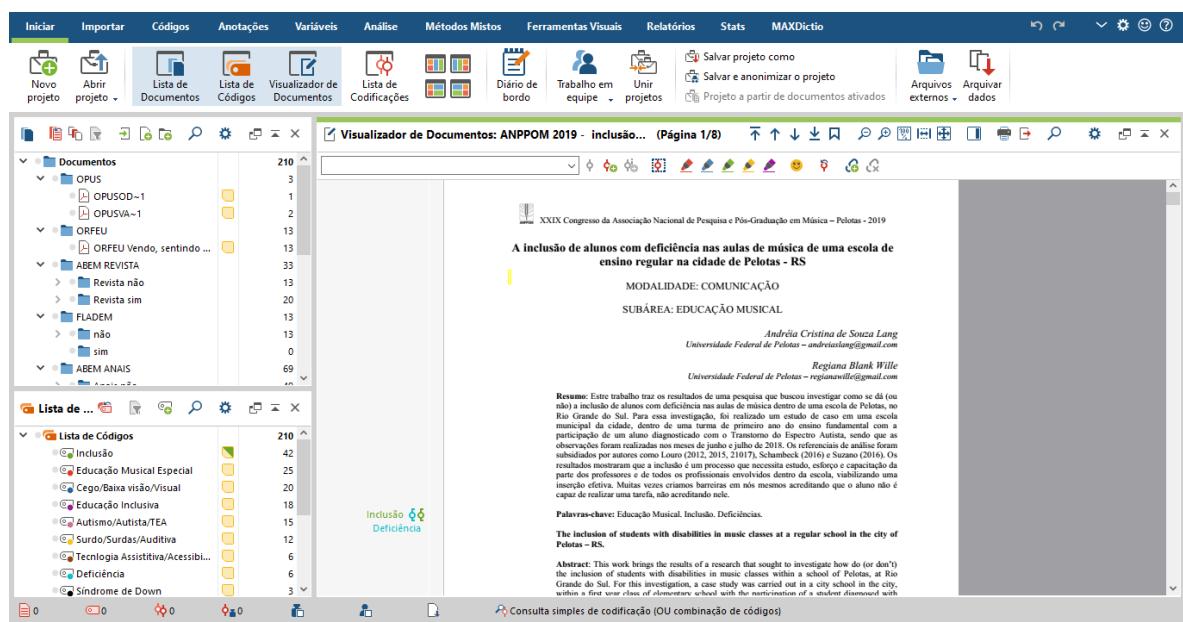


Figura 6 Exemplo de codificação das palavras-chave
Fonte: Elaborado pela autora

Em seguida, os arquivos foram divididos em pastas os que se encaixavam para este trabalho e os que não, para iniciar a leitura integral dos textos que seriam utilizados nos dados desta pesquisa.

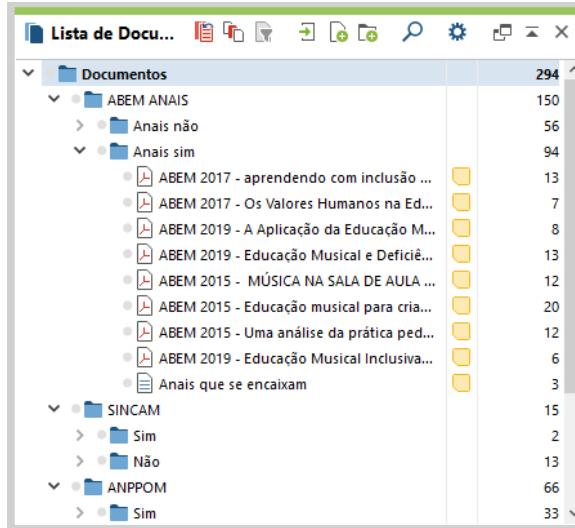


Figura 7 Divisão inicial dos trabalhos no MAXQDA
Fonte: Elaborado pela autora

Após a divisão inicial a partir das palavras-chaves e leitura do resumo, os trabalhos que se demonstraram compatíveis com o tema desta pesquisa foram lidos integralmente, e realizou-se um destaque de seus objetivos e metodologias para os breves resumos que serão apresentados no próximo capítulo.

Visualizador de Documentos: ANPPOM 2019 - inclusão de... (Página 1/8)

Metodologia

XXIX Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música – Pelotas - 2019

A inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música de uma escola de ensino regular na cidade de Pelotas - RS

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: EDUCAÇÃO MUSICAL

*Andréia Cristina de Souza Lang
Universidade Federal de Pelotas – andreiaslang@gmail.com*

*Regiana Blank Wille
Universidade Federal de Pelotas – regianaville@gmail.com*

Resumo: Este trabalho traz os resultados de uma pesquisa que buscou investigar como se dá (ou não) a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música dentro de uma escola de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Para essa investigação, foi realizado um estudo de caso em uma escola municipal da cidade, dentro de uma turma de primeiro ano do ensino fundamental com a participação de um aluno diagnosticado com o Transtorno do Espectro Autista, sendo que as observações foram realizadas nos meses de junho e julho de 2018. Os referenciais de análise foram subsidiados por autores como Louro (2012, 2015, 21017), Schambeck (2016) e Suzano (2016). Os resultados mostraram que a inclusão é um processo que necessita estudo, esforço e capacitação da parte dos professores e de todos os profissionais envolvidos dentro da escola, viabilizando uma inserção efetiva. Muitas vezes criamos barreiras em nós mesmos acreditando que o aluno não é capaz de realizar uma tarefa, não acreditando nele.

Palavras-chave: Educação Musical. Inclusão. Deficiências.

The inclusion of students with disabilities in music classes at a regular school in the city of Pelotas - RS.

Objetivo

Metodologia

Inclusão Deficiência

Consulta simples de codificação (OU combinação de códigos)

Figura 8 Destaque dos objetivos e metodologias
Fonte: Elaborado pela autora

O programa armazena todos esses dados e permite que durante a escrita, análise e codificação, o acesso aos dados codificados seja simples e prático, podendo-se assim sempre ter em mãos todos os dados dos artigos.

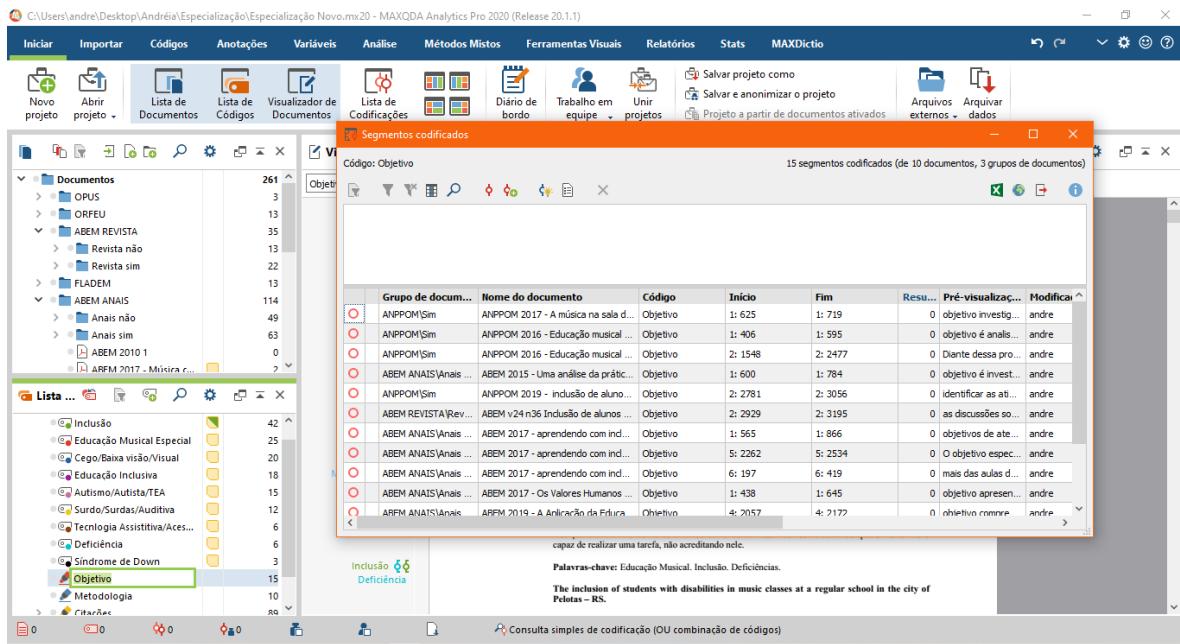


Figura 9 Exemplo da codificação dos objetivos
Fonte: Elaborado pela autora

Após a leitura integral dos artigos que se enquadram nos objetivos desta pesquisa, e escrita inicial dos resumos, os dados foram agregados ao texto, nos capítulos resumidos a seguir.

Primeiramente foi realizada a identificação e quantificação dos trabalhos, com a criação de gráficos e tabelas para melhor visualização dos dados coletado, como será mostrado no capítulo quatro. Em seguida, os dados foram analisados e categorizados para serem apresentados no capítulo cinco deste trabalho.

5. Identificação e Quantificação dos trabalhos

Com base na análise em cada revista e dos anais de eventos a partir da busca pelas palavras-chave, serão apresentados os dados quantitativos a seguir. Cada revista e cada evento foram devidamente analisados buscando-se encontrar os artigos relacionados a educação musical e inclusão de alunos com deficiência em aulas de música do sistema regular de ensino.

5.1. Revistas

5.1.1. “Em Pauta”

A revista Em Pauta, pertence ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e suas publicações vão do ano de 2000 ao ano de 2008, com sua próxima e última edição disponível somente no ano de 2012, a qual era a única que se encaixava no período de tempo destinado a esta pesquisa.

A edição contava com 8 artigos publicados, sendo desses nenhum se relacionava a temática educação musical e inclusão.

5.1.2. “Orfeu”

Orfeu é a Revista do Programa de Pós-Graduação em Música do Centro de Artes (CEART) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Possui 8 edições, do ano de 2016 ao ano de 2019, sendo duas edições em cada ano.

A partir da análise das oito edições, foi criada uma tabela para melhor visualização dos dados obtidos:

Quadro 3 Dados da revista Orfeu

Versão – Número – Ano	Temas gerais	Inclusão	Encaixam na pesquisa	Total
v. 1, n. 1 (2016)	7	0	0	7
v. 1, n. 2 (2016)	8	0	0	8
v. 2, n. 1 (2017)	10	0	0	10
v. 2, n. 2 (2017)	10	1	0	11
v. 3, n. 1 (2018)	8	1	0	9
v. 3, n. 2 (2018)	12	0	0	12
v. 4, n. 1 (2019)	9	0	0	9

v. 4, n. 2 (2019)	12	0	0	12
Total	76	2	0	78

Fonte: Elaborado pela autora

Pode-se perceber assim, que na análise da revista Orfeu, de 78 trabalhos analisados, 2 deles se encaixaram na pesquisa a partir das palavras-chave, e foram devidamente lidos, porém não se encaixaram neste trabalho.

5.1.3. “Opus”

A revista pertence a Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Música – ANPPOM, e sua primeira edição foi no ano de 1989, estando atualmente em sua 26^a edição, sendo duas edições em cada ano, salvo alguns anos que possuiu três.

Quadro 4 Dados da revista Opus

Versão – Número – Ano	Temas gerais	Inclusão	Encaixam na pesquisa	Total
v. 15, n. 1 (2009)	6	0	0	6
v. 15, n. 2 (2009)	7	0	0	7
v. 16, n. 1 (2010)	6	0	0	6
v. 16, n. 2 (2010)	7	0	0	7
v. 17, n. 1 (2011)	6	0	0	6
v. 17, n. 1 (2011)	8	0	0	8
v. 18, n. 1 (2012)	10	0	0	10
v. 18, n. 2 (2012)	11	0	0	11
v. 19, n. 1 (2013)	10	0	0	10
v. 19, n. 2 (2013)	11	0	0	11
v. 20, n. 1 (2014)	11	0	0	11
v. 20, n. 2 (2014)	7	0	0	7

v. 21, n. 1 (2015)	7	0	0	7
v. 21, n. 2 (2015)	5	0	0	5
v. 21, n. 3 (2015)	7	0	0	7
v. 22, n. 1 (2016)	14	0	0	14
v. 22, n. 2 (2016)	21	0	0	21
v. 23, n. 1 (2017)	12	0	0	12
v. 23, n. 2 (2017)	10	0	0	10
v. 23, n. 3 (2017)	11	0	0	11
v. 24, n. 1 (2018)	11	0	0	11
v. 24, n. 2 (2018)	5	1	0	6
v. 24, n. 3 (2018)	12	0	0	12
v. 25, n. 1 (2019)	9	0	0	9
v. 25, n. 2 (2019)	11	0	0	11
v. 25, n. 3 (2019)	24	1	0	25
Total	259	2	0	261

Fonte: Elaborado pela autora

A partir disso, pode-se perceber que entre os anos de 2009 a 2017, apesar do grande número de trabalhos escritos em cada edição, nenhum trabalho que falasse a respeito de inclusão em aulas de música foi encontrado.

Nenhum dos dois trabalhos encontrados na busca pelas palavras-chaves se encaixava nesta pesquisa.

5.1.4. Revista da ABEM

A revista da Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM, iniciou suas publicações em 1991, estando atualmente em sua 43^a edição, sendo duas edições a cada ano.

Quadro 5 Dados da revista da ABEM

Versão – Número – Ano	Temas gerais	Inclusão	Encaixam na pesquisa	Total
v. 17, n. 21 (2009)	12	0	0	12
v. 17, n. 22 (2009)	10	0	0	10
v. 18, n. 23 (2010)	9	0	0	9
v. 18, n. 24 (2010)	12	0	0	12
v. 19, n. 25 (2011)	12	0	0	12
v. 19, n. 26 (2011)	13	0	0	13
v. 20, n. 27 (2012)	13	1	0	14
v. 20, n. 28 (2012)	10	0	0	10
v. 20, n. 29 (2012)	13	0	0	13
v. 21, n. 30 (2013)	9	0	0	9
v. 21, n. 31 (2013)	9	0	0	9
v. 22, n. 32 (2014)	9	0	0	9
v. 22, n. 33 (2014)	9	0	0	9
v. 23, n. 34 (2015)	9	0	0	9
v. 23, n. 35 (2015)	9	0	0	9
v. 24, n. 36 (2016)	7	2	1	9
v. 24, n. 37 (2016)	8	1	0	9

v. 25, n. 38 (2017)	9	0	0	9
v. 25, n. 39 (2017)	8	1	0	9
v. 26, n. 40 (2018)	9	1	0	10
v. 26, n. 41 (2018)	8	0	0	8
v. 27, n. 42 (2019)	8	1	0	9
v. 27, n. 43 (2019)	8	1	0	9
Total	222	8	1	231

Fonte: Elaborado pela autora

A partir disso, puderam ser encontrados alguns trabalhos, sendo que um deles se encaixa nesta pesquisa.

- v. 24, n. 36 (2016)

“Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música” de Regina Finck Schambeck, que aborda a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de música da educação básica, e, portanto, se encaixa nessa pesquisa. A autora se baseia nos documentos legislativos sobre inclusão, e pretende ampliar a discussão sobre educação musical e inclusão a partir de seu artigo.

3.2.1 Gráficos dos dados das revistas

A partir dessa análise inicial dos artigos das revistas, criou-se os seguintes gráficos para melhor explicitar o que foi encontrado:

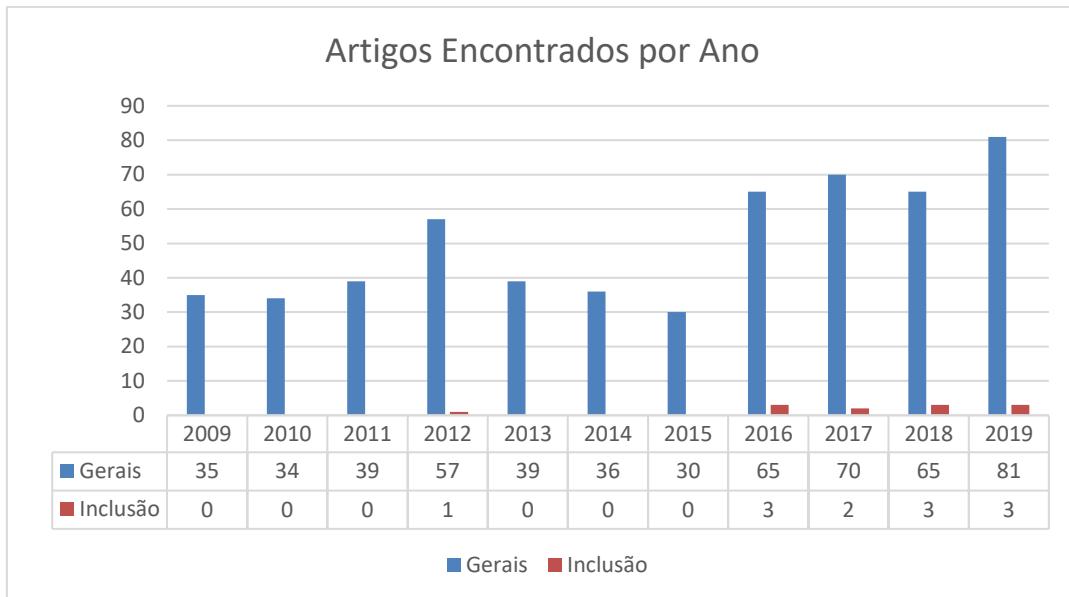


Gráfico 2 Artigos Encontrados por Ano nas revistas

Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro gráfico refere-se à relação de artigos encontrados por ano, sendo divididos nos artigos de temas gerais e artigos que foram destacados a partir da busca pelas palavras-chave e que se relacionavam a educação musical e inclusão. Como pode ser observado, nas grandes revistas da área da música, apenas a partir do ano de 2016 que começou a ser falado a respeito de inclusão e deficiências em seus artigos.

A partir disso, criei este outro gráfico, que demonstra os artigos destacados a partir pela busca com as palavras-chave, e quais deles que se enquadram no tema desta pesquisa, podendo-se assim perceber que do total de 12 artigos, apenas 1 será utilizado para este trabalho.

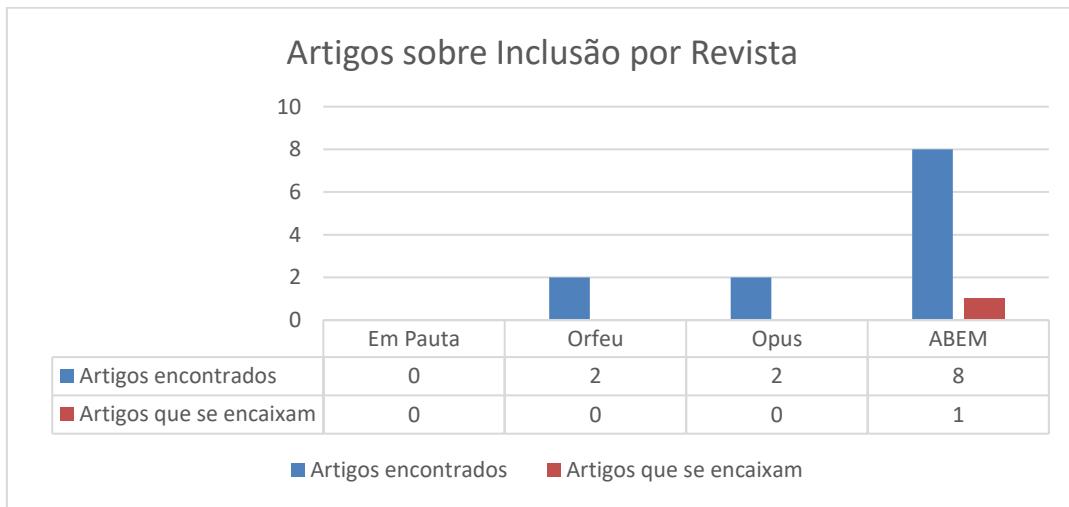


Gráfico 3 Artigos sobre inclusão por Revista

Fonte: Elaborado pela autora

Por último, criei um gráfico para perceber a relação entre os temas a respeito de inclusão e deficiências que mais aparecem nos artigos encontrados, independente de se encaixarem ou não na pesquisa.

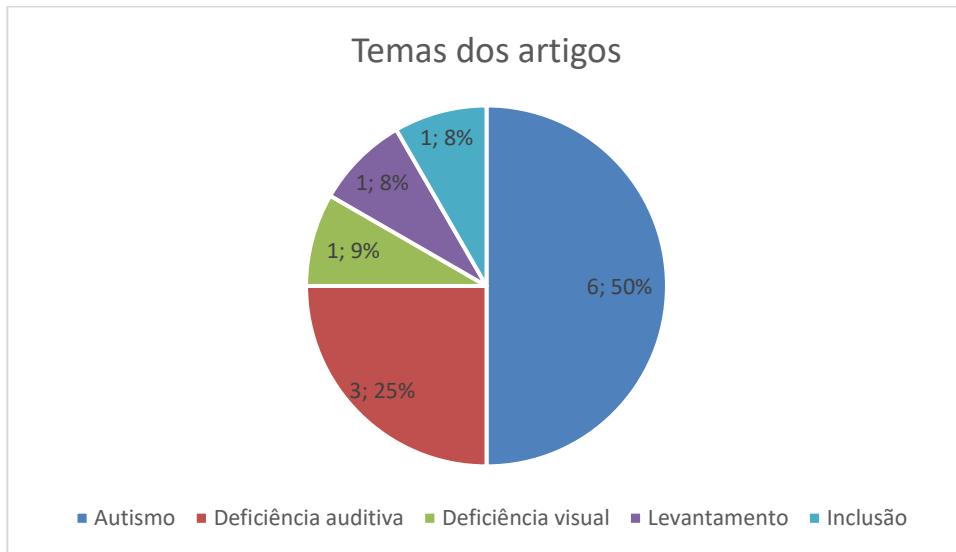


Gráfico 4 Temas dos artigos

Fonte: Elaborado pela autora

A partir disso, percebi que metade dos trabalhos é a respeito de autismo, sendo relatos de caso, pesquisas bibliográficas, e inclusão de alunos em escolas de música. Em segundo lugar, 25% dos artigos relacionava-se a educação musical e surdez, sendo que um deles até fala sobre inclusão de alunos surdos e ouvintes, porém não é em contexto escolar e sim em uma oficina específica para esta proposta.

Além disso, encontrei um trabalho sobre deficiência auditiva, um levantamento das produções brasileiras sobre educação musical e inclusão dos últimos 30 anos – este, apesar de não se encaixa diretamente na pesquisa, será de grande valor por seus dados – e, por fim, um trabalho sobre educação musical e inclusão nas salas de aula da educação básica.

5.2. Anais

5.2.1. FLADEM

O FLADEM é o Fórum LatinoAmericano de Educação Musical, e, durante essa pesquisa, estava com a maior parte de seu site em manutenção. Desse modo, não foram encontrados muitos anais de eventos realizados por ele, e, dos anais encontrados, não houve nenhum trabalho que se encaixasse na busca por palavras-chave desta pesquisa.

5.2.2. SIMCAM

O Simpósio Internacional de Cognição de Artes Musicais – SINCAM, é um evento realizado pela Associação Brasileira de Cognição e Artes Musicais - ABCM. Foram analisados seus anais dos anos de 2009, em sua quinta edição, à 2019, em sua décima quarta edição.

Vejamos agora uma tabela dos dados coletados, levando em conta a seção de comunicações orais do evento:

Quadro 6 Dados dos anais do SIMCAM

Ano	Temas gerais	Inclusão (total)	Encaixam na pesquisa	Total
2009	37	2	0	39
2010	65	1	1	67
2011	42	1	0	43
2012	42	2	1	45
2013	39	0	0	39
2014	48	0	0	48
2015	28	0	0	28
2016	72	3	0	75
2017	59	0	0	59
2019	70	2	0	72
Total	502	11	2	515

Fonte: Acervo Pessoal

A partir dessa análise, pude constatar dos 11 trabalhos encontrados a partir da busca por palavras-chave, que dois deles se encaixavam nesta pesquisa por serem a respeito de música e inclusão de alunos com deficiência na escola.

- 2010

No ano de 2010, o trabalho “O Aprendizado de Música por Crianças com Necessidades Educacionais Especiais” de Joana Malta Gomes, se destacou por falar a respeito de como crianças com necessidades educacionais especiais, seja por possuir uma deficiência de ordem física, sensorial ou cognitiva, são atendidas e aprendem música na escola. O trabalho é um ensaio que pretende refletir a educação inclusiva em música e o desenvolvimento musical humano.

- 2012

Já no ano de 2012, pode-se citar o trabalho “Aulas de música para crianças surdas em uma escola regular de ensino” de Jeanine Bogaerts e Liana Magalhães. Este artigo traz algumas considerações a partir de uma pesquisa qualitativa desenvolvida como pesquisa de campo das autoras. Traz um relato de aulas de música para crianças de sete a oito anos em uma escola da rede municipal, que contava com alunos com deficiência auditiva e ouvintes.

5.2.3. ANPPOM

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Música foi fundada em 1988 e possui anais de eventos disponíveis a partir do ano de 1990. Para esta pesquisa, foram utilizados os anais dos anos de 2009, em sua décima nona edição, a 2019 em sua vigésima nona edição. Segue abaixo a tabela com a relação de dados coletados:

Quadro 7 Dados dos anais da ANPPOM

Ano	Temas gerais	Inclusão (total)	Encaixam na pesquisa	Total
2009	212	4	0	216
2010	278	0	0	278
2011	298	2	0	300
2012	284	2	0	286
2013	287	2	0	289
2014	362	4	0	366
2015	230	2	1	233
2016	315	5	1	321
2017	239	2	1	242
2018	203	0	0	203
2019	334	4	1	339
Total	3042	27	4	3073

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dessa pesquisa, dos trabalhos encontrados na busca pelas palavras-chave, destacaram-se 4, sendo eles listados a seguir.

- 2015

No ano de 2015, destacou-se “Formação de professores de Música para o contexto inclusivo: perspectivas de graduandos na preparação para atuar com alunos com deficiência”, escrito por Regina Finck Schambeck, sendo um recorte de sua pesquisa de formação de professores para o contexto inclusivo.

A autora utilizou dados coletados nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em música da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, analisando os alunos que possuíam disciplinas obrigatórias com conteúdos sobre inclusão.

- 2016

Em 2016, o trabalho “Educação musical e inclusão em escolas da Educação Básica” de Crislany Viana da Silva e Cristiane Maria Galdino de Almeida, analisou a prática docente de professores de música com alunos com deficiência incluídas em suas aulas em escolas de educação básica da rede municipal. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, com observações, entrevistas e análise documental.

- 2017

“A música na sala de aula inclusiva do primeiro ciclo do ensino fundamental da cidade de Indaiatuba - SP: a formação do professor de Artes” de Karen Ildete Stahl Soler Zaneti e Adriana do Nascimento Araújo Mendes, é parte da pesquisa de doutorado a respeito de aulas inclusivas no primeiro ciclo do ensino fundamental em escolas públicas. As autoras investigaram a formação de professores de artes e como eles trabalhavam a inclusão em suas salas de aula. O motivo de serem professores de artes é que o município não possuía professores de música.

- 2019

Já no ano de 2019 o trabalho destacado chama-se “A inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música de uma escola de ensino regular na cidade de Pelotas – RS”, o qual é resultado da minha pesquisa de conclusão de curso da graduação, que buscou investigar como ocorre a inclusão de alunos com deficiência em uma escola pública de Pelotas-RS, a partir de um estudo de caso.

5.2.4. ABEM

Os congressos nacionais da Associação Brasileira de Educação Musical - ABEM ocorrem bienalmente desde o ano de 2011. Assim sendo, foram analisados os anais dos anos de 2009, 2010, 2013, 2015, 2017 e 2019. Os anais de 2011 não foram encontrados.

Segue abaixo a tabela com a relação de trabalhos encontrados a partir da busca pelas palavras-chave.

Tabela 8 Dados dos anais da ABEM

Ano	Temas gerais	Inclusão (total)	Encaixam na pesquisa	Total
2009	206	4	1	211
2010	273	16	1	290
2013	240	7	0	247
2015	275	10	3	288
2017	185	12	2	199
2019	180	11	3	194
Total	1359	60	10	1429

Fonte: Acervo Pessoal

A partir disso, os seguintes trabalhos foram destacados por se encaixarem no tema desta pesquisa.

- 2009

“Educação musical inclusiva: desafios e possibilidades de práticas pedagógicas na perspectiva dos licenciandos e licenciados em música” de Valéria Lüders e Rosane Cardoso de Araújo, é um artigo que apresenta uma proposta que foca na formação de professores de música para atuarem no contexto da educação musical inclusiva. A pesquisa busca investigar a partir da visão de licenciados e licenciandos em um curso de música, perspectivas sobre o trabalho em turmas com inclusão de alunos com deficiência.

- 2010

Em 2010 foi encontrado o trabalho intitulado “Educação Musical Inclusiva: Considerações Sobre Aulas de Música em uma Escola Regular” de Jeanine Bogaerts, que é uma pesquisa idealizada após um trabalho em uma escola especializada no ensino a deficientes auditivos. Após surgirem questionamentos sobre como se dá esse ensino de música em escolas públicas, autora iniciou uma pesquisa bibliográfica e de campo procurando informações para orientar o trabalho de professores de música.

- 2015

Em 2015, foram encontrados os trabalhos “Música Na Sala De Aula Inclusiva: Estudos, Observações E Propostas Para O Ensino Fundamental Da Rede Municipal De Indaiatuba – Sp” de Karen Ildete Stahl Soler e Adriana N. Araújo Mendes, que abordou como se dá o ensino de música em escolas regulares com crianças incluídas, “Educação musical para crianças surdas e ouvintes: uma proposta de inclusão” de Márcia R.N.S. Oliveira e Lúcia H. Reily, que traz o início de uma pesquisa em

andamento que pretendeu discutir a educação musical no processo formativo da criança surda considerando a realidade da escola inclusiva, e, por último, “Uma análise da prática pedagógica de professores de música na perspectiva da Educação Inclusiva” de Crislany Viana da Silva e Cristiane Maria Galdino de Almeida, que objetivou investigar as possibilidades e desafios da prática pedagógica desenvolvida por professores de música no ensino de crianças com deficiência incluídas em escolas regulares.

- 2017

Em 2017, citam-se os trabalhos de Samara Ellen Oliveira do Nascimento, “Parâmetros do som: aprendendo com inclusão na escola aplicação da UFPA”, que é um breve relato de caso a partir de um estágio em turmas de pré I e pré II que contava com alunos com deficiência incluídos, e o trabalho de Caroline Cao Ponso, intitulado “Os Valores Humanos na Educação Musical Escolar: um relato de experiência com alunos(as) de Inclusão” que trás um relato de experiência em uma escola pública que promove a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música.

- 2019

Enquanto isso, em 2019 foi encontrado o trabalho “A Aplicação da Educação Musical para Pessoas Com Síndrome de Down em Escola de Ensino Regular” de Samyra Ferreira Noronha, Marcela de Sousa Silva, Gabrielly do Socorro de Souza Santos, et al., que, após apresentar uma breve explicação do que é Síndrome de Down e quais áreas do desenvolvimento ela afeta, segue falando sobre a importância da música para favorecer o desenvolvimento de alunos com deficiência e termina relatando uma entrevista realizada com um professor que possui alunos com essa deficiência e de que maneira ele trabalha de forma a incluir esses alunos em suas aulas de música.

Outro trabalho a ser citado é “Educação Musical e Deficiência Visual: a inclusão auxiliada pelas Tecnologias Assistivas” de Pamela Araújo Moura, que trás a importância dos materiais adaptados para uma melhor inclusão de alunos com deficiência. O foco dele é incluir alunos com deficiência visual, mas também cita a importância de criar materiais adaptados para alunos com outras deficiências, defendendo a acessibilidade como fator imprescindível para a inclusão de alunos com deficiência.

E, por último, “Educação Musical Inclusiva na perspectiva da Educação Especial: uma pesquisa sobre atuação docente em música no contexto escolar”,

escrito por Ítalo Soares da Silva e Jean Joubert Freitas Mendes, que pretende compreender a forma como professores/as de música, em diferentes etapas da Educação Básica, lidam com a inclusão de alunos/as com deficiência no Estado do Rio Grande do Norte, após identificar uma grande dificuldade de atuação dos docentes nos contextos educacionais, em relação aos desafios do trabalho com alunos com deficiência. O artigo apresenta a parte inicial da pesquisa, trazendo um panorama de publicações sobre o assunto e apresentando os próximos caminhos metodológicos que serão seguidos, e os resultados preliminares da pesquisa a partir de entrevistas realizadas.

5.2.5. Gráfico dos dados dos anais

Abaixo trago os gráficos das relações de artigos encontrados:

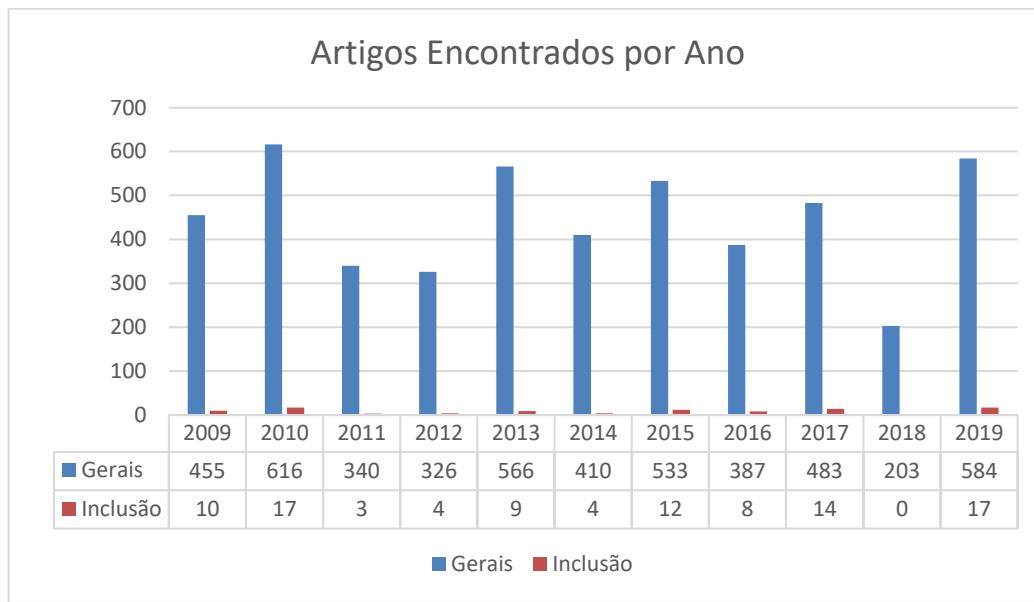


Gráfico 5 Artigos encontrados por ano nos anais

Fonte: Elaborado pela autora

Em relação aos artigos encontrados por ano, que foram correspondentes com as palavras-chave utilizadas na pesquisa, pode-se perceber um aumento considerável nos trabalhos, até porque, anais de evento contam com um número muito maior de artigos publicados anualmente do que revistas.

Os anos de 2019, 2017 e 2015, respectivamente, demonstram um aumento nas pesquisas relacionadas a educação musical e deficiências, inclusão e ensino para alunos com necessidades especiais, após uma grande explosão de trabalhos que houve em 2010.

O único ano em que não foi encontrado nenhum trabalho foi o ano de 2018, porém nesse ano houve apenas um evento que foi a ANPPOM, os outros dois passaram a ser bienais, o SIMCAM em 2017 e a ABEM em 2011 – apesar de os anais deste evento em específico não terem sido encontrados.

Em relação aos trabalhos encontrados e que eram a respeito de inclusão, nem todos se encaixavam nesta pesquisa, como veremos no gráfico abaixo.

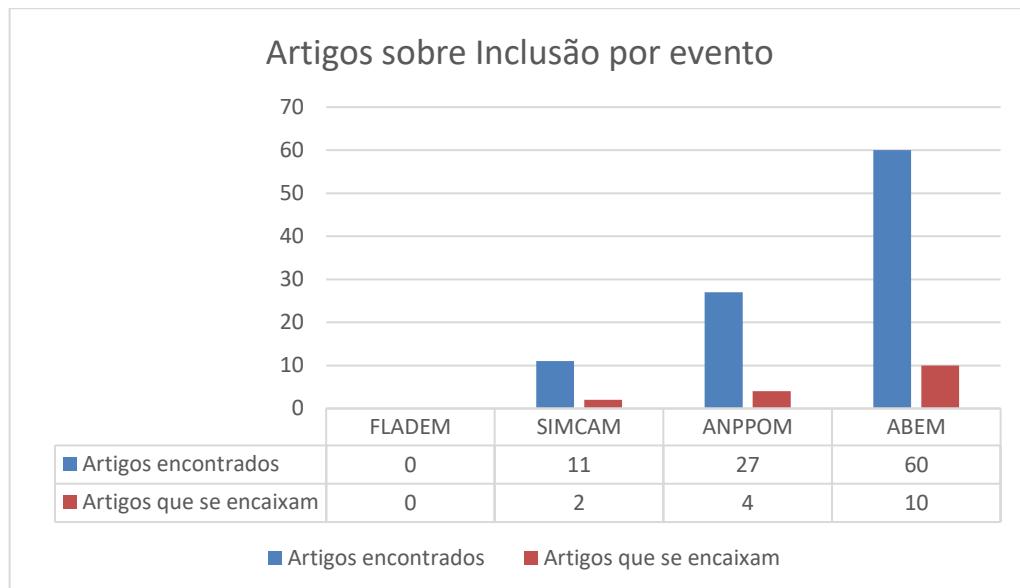


Gráfico 6 Artigos sobre inclusão nos anais

Fonte: Elaborado pela autora

Na coluna azul destacam-se o total de artigos encontrados em cada anal, e, na coluna laranja, destacam-se quantos desses se encaixam no tema desta pesquisa. Os artigos que não se encaixaram no tema desta pesquisa foram demonstrados no gráfico a seguir.

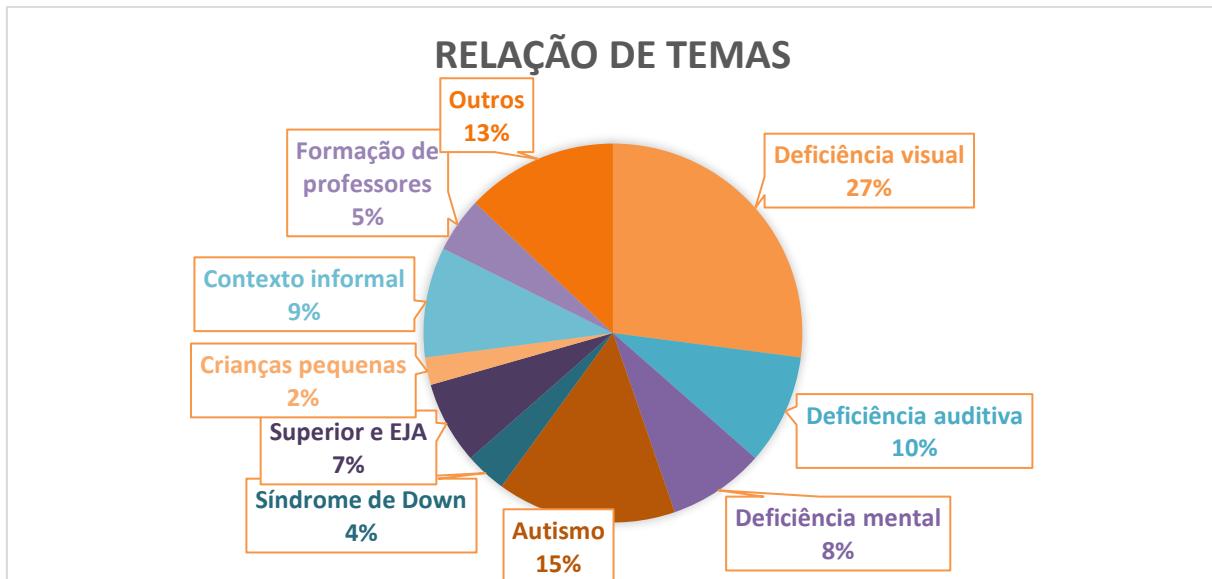


Gráfico 7 Relação de temas que não se encaixam

Fonte: Elaborado pela autora

Pode perceber uma maioria de trabalhos a respeito de deficiência visual, autismo e deficiência auditiva. Em relação ao contexto informal, tratam-se de aulas particulares, individuais ou em grupos, e também em escolas especializadas para alunos com deficiência.

Nestes casos de trabalhos focados em deficiências, não se encaixaram por serem em aulas particulares, contextos de graduação, levantamentos, etc, e não se relacionarem com inclusão em sala de aula do ensino básico. Os trabalhos sobre deficiência mental e síndrome de down também se encaixam neste quesito.

Também foram encontrados diversos trabalhos relacionados a formação de professores e experiências em aulas no ensino superior, no caso, com colegas com deficiência na graduação e dois trabalhos sobre musicalização de crianças com deficiência recém nascidas ou em contexto informal.

Já em “outros” foram colocados os trabalhos relacionados a dislexia, inclusão social, déficit de atenção, tecnologia assistiva, levantamentos, musicoterapia, cadeirantes, entre outros. A maioria dos trabalhos desta categoria eram únicos em seu tema, por isso foram colocados aí.

5.3. Dados Gerais

A partir desta identificação e quantificação dos trabalhos, pode-se ter uma breve noção a respeito do quanto se tem falado sobre educação musical e inclusão de alunos em sala de aula, nos grandes eventos de educação musical e nas revistas de maior veiculação nacional da área da música.

Com o passar dos anos, pode-se perceber um aumento nos trabalhos voltados para a inclusão de alunos com deficiência em sala, como afirmam Soler e Mendes,

A educação musical voltada para alunos com necessidades educativas especiais vem sendo assunto de interesse em congressos e encontros nacionais de educadores, tema que só foi incluído como grupo de trabalho em encontros da Associação Brasileira de Educação Musical após a criação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 que determina a inclusão dos alunos portadores de deficiência nas classes das escolas regulares. A partir daí aumenta o interesse e a produção de trabalhos escritos sobre o assunto. (SOLER e MENDES, 2015, p.5)

Apesar disso, como as autoras mesmo falam, esse aumento nas publicações em relação a educação musical e deficiências não é “nada que se compare com a produção escrita nas outras áreas específicas da educação musical” (*ibid*), o que pudemos claramente perceber nesta pesquisa.

Ainda, se focarmos em educação musical e inclusão, percebemos que a gama de trabalhos é menor ainda. Ao passo que, com o aumento de alunos com deficiência a cada ano nas salas de aulas das escolas públicas, esse assunto deveria ser muito mais discutido e ficar em alta, como forma de preparar os licenciados e licenciandos em música a estarem preparados para lidarem com esse tipo de situação em sala.

6. Análise e percepções

A partir da identificação e quantificação dos trabalhos que tratem a respeito da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular, iniciei a análise e categorização desses artigos, de modo a analisar o que vêm sendo feito para efetivar a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular.

6.1. Contextualização dos trabalhos

A partir da análise inicial, trago a relação de trabalhos por ano, evento, título, autores e modalidade – no caso se é projeto de pesquisa, pesquisa em andamento, relato de experiência, pesquisa de mestrado.

Quadro 9 Contextualização dos trabalhos

ANO	EVENTO/ REVISTA	TÍTULO	AUTORES	MODALIDADE
2009	ABEM	Educação musical inclusiva: desafios e possibilidades de práticas pedagógicas na perspectiva dos licenciandos e licenciados em música.	Valéria Lüders e Rosane Cardoso de Araújo	Projeto de pesquisa
2010	ABEM	Educação Musical Inclusiva: Considerações Sobre Aulas de Música em uma Escola Regular	Jeanine Bogaerts	Resultado de pesquisa
2010	SIMCAM	O Aprendizado de Música por Crianças com Necessidades Educacionais Especiais	Joana Malta Gomes	Ensaio
2012	SIMCAM	Aulas de música para crianças surdas em uma escola regular de ensino	Jeanine Bogaerts e Liana Magalhães	Pesquisa de mestrado
2015	ABEM	Música Na Sala De Aula Inclusiva: Estudos, Observações E Propostas Para O Ensino Fundamental Da Rede Municipal De Indaiatuba – Sp	Karen Ildete Stahl Soler e Adriana N. Araújo Mendes	Pesquisa em andamento
2015	ABEM	Educação musical para crianças surdas e ouvintes: uma proposta de inclusão	Márcia R.N.S. Oliveira e Lúcia H. Reily	Pesquisa em andamento
2015	ABEM	Uma análise da prática pedagógica de professores de música na perspectiva da Educação Inclusiva	Crislany Viana da Silva e Cristiane Maria Galdino de Almeida	Projeto de pesquisa

2015	ANPPOM	Formação de professores de Música para o contexto inclusivo: perspectivas de graduandos na preparação para atuar com alunos com deficiência	Regina Finck Schambeck	Pesquisa em andamento
2016	ANPPOM	Educação musical e inclusão em escolas da Educação Básica	Crislany Viana da Silva e Cristiane Maria Galdino de Almeida	Pesquisa de mestrado em andamento
2016	REVISTA DA ABEM	<i>Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música</i>	Regina Finck Schambeck	Artigo
2017	ABEM	Parâmetros do som: aprendendo com inclusão na escola aplicação da UFPA	Samara Ellen Oliveira do Nascimento	Relato de experiência
2017	ABEM	Os Valores Humanos na Educação Musical Escolar: um relato de experiência com alunos(as) de Inclusão	Caroline Cao Ponso	Relato de experiência
2017	ANPPOM	A música na sala de aula inclusiva do primeiro ciclo do ensino fundamental da cidade de Indaiatuba - SP: a formação do professor de Artes	Karen Ildete Stahl Soler Zaneti e Adriana do Nascimento Araújo Mendes	Pesquisa de doutorado em andamento
2019	ABEM	A Aplicação da Educação Musical para Pessoas Com Síndrome de Down em Escola de Ensino Regular	Samyra Ferreira Noronha, Marcela de Sousa Silva, Gabrielly do Socorro de Souza Santos, et al.	Resultado de pesquisa
2019	ABEM	Educação Musical e Deficiência Visual: a inclusão auxiliada pelas Tecnologias Assistivas	Pamela Araújo Moura	Trabalho bibliográfico
2019	ABEM	Educação Musical Inclusiva na perspectiva da Educação Especial: uma pesquisa sobre atuação docente em música no contexto escolar	Ítalo Soares da Silva e Jean Joubert Freitas Mendes	Pesquisa de mestrado
2019	ANPPOM	A inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música de uma escola de ensino regular na cidade de Pelotas – RS	Andréia Cristina de Souza Lang e Regiana Blank Wille	Resultado de pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora

Percebendo-se assim que, dos 17 trabalhos encontrados, grande parte são pesquisas em andamento ou concluídas, dois são relatos de experiência, um ensaio e um artigo. A partir disso, apresento abaixo a relação dos temas e propostas de cada trabalho – além do foco na inclusão.

Quadro 10 Temática dos trabalhos

TÍTULO	TEMA	OBJETIVO	METODOLOGIA
Educação musical inclusiva: desafios e possibilidades de práticas pedagógicas na perspectiva dos licenciandos e licenciados em música	Formação de professores	Investigar, a partir da ótica de licenciados e licenciados do curso de licenciatura em Música da UFPR, perspectivas sobre o trabalho em turmas com inclusão de crianças com deficiência	Estudo multicascos
Educação Musical Inclusiva: Considerações Sobre Aulas de Música em uma Escola Regular	Formação de professores	Observar os procedimentos metodológicos empregados pelos professores de música com alunos especiais, seus objetivos e principais desafios diante da realidade inclusiva.	Pesquisa bibliográfica e trabalho de campo
O Aprendizado de Música por Crianças com Necessidades Educacionais Especiais	Aprendizado musical de crianças com deficiência	Refletir sobre a educação inclusiva em música, e sobre desenvolvimento musical humano, colocando em evidência duas síndromes: o autismo e a síndrome de Williams como um paradoxo para as possibilidades de aprendizado e desenvolvimento de habilidades musicais	Pesquisa bibliográfica
Aulas de música para crianças surdas em uma escola regular de ensino	Deficiência auditiva	Observar os resultados de aulas de música para um grupo constituído por crianças surdas e ouvintes, descrever as atividades realizadas, o material pedagógico e os instrumentos utilizados	Estudo de caso, com entrevistas com a professora da turma de surdos, a direção e a coordenação da escola; registro das aulas através de fotografias;

		<p>nas aulas, apontar novas formas de atuação para o professor de música diante da realidade inclusiva e descrever como as aulas de música podem colaborar para o desenvolvimento musical e global da criança surda e sua interação com os alunos ouvintes.</p>	<p>reuniões periódicas entre as pesquisadoras e destas com os profissionais da escola, e reuniões com a orientadora do mestrado.</p>
Música Na Sala De Aula Inclusiva: Estudos, Observações E Propostas Para O Ensino Fundamental Da Rede Municipal De Indaiatuba – Sp	Prática pedagógica	<p>Descrever a proposta de inclusão da rede municipal de Indaiatuba – SP, conhecer como é o procedimento de inclusão das crianças em sala de aula e analisar a proposta pedagógica musical desenvolvida pela rede.</p>	<p>Entrevistas através de questionários com os educadores musicais, ou na falta deles o professor da sala ou professor de Artes, observações da aula desses professores, elaboração de dez aulas e aplicação em uma sala de ensino fundamental.</p>
Educação musical para crianças surdas e ouvintes: uma proposta de inclusão	Deficiência auditiva	<p>Discutir a educação musical no processo formativo da criança surda considerando a realidade da escola inclusiva</p>	<p>Levantamento bibliográfico, entrevistas com os alunos e a professora, desenvolvimento de atividades e análise.</p>
Uma análise da prática pedagógica de professores de música na perspectiva da Educação Inclusiva	Prática pedagógica	<p>Investigar as possibilidades e desafios da prática pedagógica desenvolvida por professores de música no ensino de crianças com deficiência incluídas em escolas regulares</p>	<p>Observação das aulas de professores de música em salas de aula de escolas de educação básica que tenham alunos com deficiência incluídos, para análise de suas práticas</p>

			pedagógicas, e ainda, entrevistas com os mesmos
Formação de professores de Música para o contexto inclusivo: perspectivas de graduandos na preparação para atuar com alunos com deficiência	Formação de professores	Elucidar o que pensam professores com relação à inclusão de alunos com deficiências nas escolas regulares	Observações, depoimentos e análise dos dados.
Educação musical e inclusão em escolas da Educação Básica	Prática pedagógica	Analizar a prática docente desenvolvida por professores de música no ensino de crianças com deficiência incluídas em escolas de educação básica da rede municipal de Olinda-PE	Estudo de casos, observações, entrevistas e análise documental.
Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música	Formação de professores	Ampliar as discussões sobre a formação de professores e traçar algumas interfaces com a educação musical, sobretudo tendo em vista a preparação de professores de música para atuarem com alunos com deficiência e suas inserções na educação básica	Pesquisa exploratória
Parâmetros do som: aprendendo com inclusão na escola aplicação da UFPA	Prática pedagógica	Atender a necessidade de inclusão dos alunos com autismo, síndrome de Down, déficit ocular e hidrocefalia e um aluno sem diagnóstico formal e integra-los as aulas de música de modo inclusivo para aprendizado tanto da criança com necessidades especiais quanto da criança dita "normal"	A metodologia empregada foi inspirada nos teóricos Dalcroze e Orff, cujas teorias atendem em parte a carência dos alunos com e sem necessidades especiais.

Os Valores Humanos na Educação Musical Escolar: um relato de experiência com alunos(as) de Inclusão	Inclusão	Apresentar um trabalho de inclusão de alunos(as) com deficiência intelectual nas aulas de música do currículo regular, de uma escola da rede pública municipal de ensino da cidade de Porto Alegre	Entrevistas com alunos e professores
A música na sala de aula inclusiva do primeiro ciclo do ensino fundamental da cidade de Indaiatuba - SP: a formação do professor de Artes	Formação de professores	Investigar a formação do professor de Artes e sua visão da inclusão em sala de aula	Survey
A Aplicação da Educação Musical para Pessoas Com Síndrome de Down em Escola de Ensino Regular	Síndrome de Down	Compreender a aplicação da educação musical para pessoas com Síndrome de Down em escola de ensino regular	Pesquisa bibliográfica - revisão de literatura em artigos, revistas, anais. Entrevista semiestruturada com um professor de música do ensino regular que trabalha com crianças com Síndrome de Down
Educação Musical e Deficiência Visual: a inclusão auxiliada pelas Tecnologias Assistivas	Deficiência Visual	Refletir o processo da inclusão num entorno heterogêneo com o auxílio de recursos das tecnologias assistivas	Não identificado
Educação Musical Inclusiva na perspectiva da Educação Especial: uma pesquisa sobre atuação docente em música no contexto escolar	Prática pedagógica	Compreender como professores/as de música, em diferentes etapas da Educação Básica, lidam com a inclusão de alunos/as com deficiência no Estado do Rio Grande do Norte.	Observação participante, diário de campo e entrevistas semiestruturadas.
A inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música de uma escola de	Prática pedagógica	Investigar como se dá (ou não) a inclusão de alunos com deficiência nas aulas	Estudo de caso, observações e entrevista.

ensino regular na cidade de Pelotas – RS		de música dentro de uma escola de Pelotas	
--	--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora

Em relação aos temas, há uma grande quantia de trabalhos relacionado a prática pedagógica em sala de aula, com alunos com deficiência e a formação de professores para atuarem com esses alunos em sala de aula.

Há também alguns trabalhos específicos sobre determinadas deficiências – auditiva, visual e síndrome de down – e como incluir esses alunos nas aulas de música, desafios, perspectivas e atividades aplicadas.

E, também, um trabalho focado em inclusão em sala de aula, que traz diversas entrevistas com alunos com deficiência e seus professores e como eles se sentem em sala de aula.

6.2. Atividades sugeridas

Nos textos dos trabalhos encontrados, muitas foram as atividades aplicadas pelos professores em suas turmas com alunos com deficiência incluídos. Nesta categoria, serão relatadas algumas atividades, seus objetivos, resultados e sugestões dos autores para preparação das aulas.

Uma das pesquisas apresentadas foi sobre uma escola pública de Porto Alegre que contava com grande número de alunos de inclusão, com diferentes tipos de deficiências intelectuais. Inicialmente o atendimento a esses alunos dava-se apenas nas Salas de Integração e Recursos (SIR), que eram especializadas e focadas para os alunos com deficiência. Com o tempo, porém, percebeu-se a necessidade de levar esse acompanhamento também para dentro de sala de aula e outros espaços da escola.

A autora comenta que a sala da SIR fica ao lado da sala de música, o que permite uma grande troca de interações entre os alunos com deficiência e os alunos que estão nas aulas de música, segundo ela “há trânsito livre na sala de música, esse tempo aberto e dinâmico acolhe os(as) alunos(as) e os convida à exploração e participação, considerando suas necessidades de tempo e espaço” (PONSO, 2017, p. 3). A partir disso, traz os relatos de três alunos com deficiência que frequentam a

escola, e o modo como cada um deles vê e demonstra sua relação com a música, e como isso influencia na relação deles com os outros colegas, e dos outros colegas em relação a eles.

A autoestima, a solidariedade, a aceitação das limitações por parte do coletivo, a noção de que todos têm limites, a sensibilidade despertada a partir da dificuldade do outro são valores humanos trabalhados a partir da inclusão. A inclusão está na dinâmica da sala de aula como princípio pedagógico, e é retroalimentada e ampliada no coletivo quando colocada em prática pelos estudantes e professores (PONSO, 2017, p. 5).

Segundo a autora, a inclusão ocorre pois “Não há diferenciação entre esses alunos e os demais nos momentos de construção coletiva, divisão de instrumentos, escolha de repertório e demais dinâmicas da aula” (PONSO, 2017, p.5), durante as atividades, cada aluno participa a sua maneira de acordo com o que foi proposto, expressando-se conforme seu interesse e desejo.

Bogaerts e Magalhães (2012), ministraram aulas de música para crianças em uma escola regular, onde havia na sala incluídos alunos com deficiência auditiva. Durante as atividades, as autoras objetivaram conscientizar o fenômeno sonoro, “chamando atenção para o contraste entre o som e o silencio; altura de sons; duração de sons; organização dos sons dentro da pulsação e a experimentação de timbres através de instrumentos variados” (BOGAERTS e MAGALHÃES, 2012, p. 5).

Dentre as atividades realizadas, foram descritas:

- Atividades de som e silencio, utilizando sequencias de cartões com cores diferentes, e que representavam som e silêncio, jogos de passar a bola durante a música, caminhar enquanto tivesse som e parar no silencio e dança das cadeiras.
- Atividades de altura, utilizando figuras que representavam um animal que faz um som grave e um que faz um som agudo, e quando o aluno percebesse o som deveria se movimentar ou fazer o sinal correspondente ao animal (em LIBRAS).
- Atividades de timbre com experimentação de instrumentos de percussão, violão, saxofones e teclado, e construindo instrumentos com sucata.
- Atividades de pulsação a partir da criação de um metrônomo de papel, um quadrado retangular com oito janelas sequenciais, identificadas com o número 1 ou 2 a formar compassos binários.

- Atividades de duração, utilizando uma cobra de papel cumprida e uma curta, de forma que os alunos deveriam passar o dedo sobre a cobra enquanto o som era reproduzido, “medindo” o tamanho do som.
- Atividades cantadas, mostrando aos alunos que quando cantamos a nossa garganta vibra e pedindo que eles reproduzissem as mesmas vibrações.

Enquanto isso Nascimento (2017), relata sua experiência com aulas de música em turmas de Pré I e Pré II, que tinham entre 4 e 6 anos, e possuíam 3 alunos com autismo, 1 com síndrome de down, 1 com déficit ocular, 1 com hidrocefalia e 1 sem laudo.

A autora conta que durante as aulas a professora é acompanhada de uma bolsista que durante as aulas de música auxilia os alunos com deficiência nas atividades propostas.

Para ela, a escola deveria ser um dos principais locais de inclusão, e que essa requer a participação da criança de todas as atividades, dentro de suas limitações. Segundo ela, “Incluir a criança com deficiência não é somente coloca-la em uma sala de aula, é preciso integra-la aos demais colegas e fornecendo subsídios para um aprendizado mais significativo” (NASCIMENTO, 2017, p. 4).

As atividades propostas pela autora objetivavam desenvolver nos alunos a concentração, socialização, paciência e parceria.

O objetivo específico do projeto consistia na socialização das crianças com e sem deficiência para maior qualidade no aprendizado de ambas o que desencadeou outros objetivos gerais como: Desenvolver possibilidades para que as crianças com deficiência possam participar mais das aulas de música com atividades que não comprometam suas limitações e ainda testar novas possibilidades para aulas de música com mais música dinâmica, atividades interativas e apreciativas para ambos os alunos (NASCIMENTO, 2017, p. 4 e 5).

Em relação a metodologia, a inspiração foi em Dalcroze por explorar todas as linguagens de aprendizado, a auditiva, cinestésica e visual, buscando melhorar a coordenação entre olhos, ouvidos, mente e corpo, e Orff que trabalha o aprendizado pela atividade criativa, utilizando o canto, a fala, ritmo e dança.

Fez-se necessário abordar dois métodos ativos distintos, tendo em vista as necessidades de todos os alunos. Entende-se que os alunos sem necessidades especiais seriam atendidos de forma integral pelos métodos de Dalcroze e Orff e os demais alunos seriam atendidos parcialmente por um ou

outro. Importante ressaltar que métodos serviram de inspiração metodológica para a construção de um ensino mais inclusivo (NASCIMENTO, 2017, p. 6).

Além disso, Bogaerts (2010) fala sobre a importância das atividades criativas para a inclusão da criança com deficiência nas aulas de música. Segundo ela,

Ao participar da montagem de um arranjo, tanto o aluno pode tocar seu instrumento de maneira elaborada, como, dependendo do seu grau de desenvolvimento, tocá-lo apenas acompanhando a pulsação. Participando à sua maneira, o aluno percebe que é capaz de executar tarefas e de se integrar ao grupo (BOGAERTS, 2010, p. 5).

Oliveira e Reily (2015) também pretendiam aplicar atividades, e apresentam suas ideias em seu trabalho que ainda estava em andamento. Elas pretendiam confeccionar instrumentos musicais, que seriam utilizados em jogos rítmicos e brincadeiras musicais que envolvam percussão instrumental ou corpora e criação de partituras alternativas com sua devida leitura. Segundo as autoras, “A ideia é inserir progressivamente ritmos que possam possibilitar uma interação prazerosa entre surdos e ouvintes” (OLIVEIRA e REILY, 2015, p. 9).

Outra proposta delas é “utilizar desenhos, imagens e instrumentos musicais para a sensibilização e percepção das crianças quanto àquilo que faz parte do universo musical” (ibid), e trabalhar paisagem sonora, discriminação de sons e percepção da fonte sonora.

Para Ponso (2017),

Ao serem incentivados para se auxiliarem mutuamente como condição de sucesso nas aprendizagens, sem fomentar comparações de qualquer natureza, os(as) alunos(as) praticam a solidariedade, essencial no trabalho pedagógico, fazem trocas efetivas com seus pares, sensibilizam-se para as diferenças, as particularidades e as características exclusivas e inerentes a todo ser humano (PONSO, 2017, p. 8).

Noronha, Silva, Santos, et al (2019), relatam sua experiência com alunos com síndrome de down. Eles realizaram entrevista com um professor que atua a 14 no ensino regular e é formado em licenciatura plena. Durante a entrevista, o professor destacou algumas atividades que ele utiliza no trabalho em sala de aula com alunos com síndrome de down incluídos.

Algumas das atividades citadas são canto coral e reconhecimento de sons do cotidiano, e, segundo o professor entrevistado o coral auxilia na inclusão de alunos

com síndrome de down em suas aulas pois desperta grande interesse e estimulam o desenvolvimento de diversas habilidades. Segundo os autores, as aulas de música “tem uma grande contribuição para o desenvolvimento de crianças com síndrome de Down, não só para ajudar a desenvolver habilidades motoras, auditivas e estímulos do cérebro, mas também possibilita a essa clientela interação social e autoestima” (NORONHA, SILVA, SANTOS, et al, 2019, p. 6).

Para Schambeck (2016), ao planejar as atividades, os professores de música precisam focar mais nas dificuldades psicossociais do aluno do que em sua deficiência, de modo a permitir uma maior interação dele com os colegas. Segundo ela, “acredita-se que ter alunos **com deficiência** na sala de aula de música pode oportunizar ao grupo de estudantes uma educação com ênfase nas potencialidades de cada um” (SCHAMBECK, 2016, p. 32).

É importante lembrar que cada criança possui uma linguagem de aprendizado diferente, seja essa auditiva, visual ou cinestésica. Para além, cada um, em sua particularidade, independente de possuir ou não deficiência, possui dificuldades específicas de aprendizado, assim como, cada um possui facilidades de aprendizado. Dessa forma, independente do grau de dificuldade de cada aluno, as atividades sempre necessitam de adaptação – possuindo ou não alunos incluídos em sala de aula – e, quando há, ainda encontra-se uma grande oportunidade de diversificar as formas de aprendizado do grupo todo, enriquecendo as atividades e experiências em sala de aula.

6.3. Formação de professores

Outro tema muito discutido entre as pesquisas foi a formação de professores para atuar com alunos com deficiência em suas salas de aula. Segundo Soler e Mendes (2015),

A formação básica do professor que atua em sala de aula, muitas vezes não o preparou para a clientela que receberá, gerando medo por enfrentar o desconhecido. Faz-se necessário que os profissionais atuantes em sala de aula tenham uma boa formação, para torná-los capazes de efetuar uma boa prática da educação inclusiva (SOLER e MENDES, 2015, p. 7).

Para elas, “ouvir o professor e entender suas concepções são elementos fundamentais para estruturar uma relação adequada entre o currículo e a ação pedagógica” (SOLER e MENDES, 2015, p 7), de modo que o professor a partir de suas inquietações consiga preparar-se para um fazer inclusivo em sua sala de aula, buscando os meios necessários para esta ação, baseando-se em conteúdos e experiencias que possuiu durante sua graduação ou especialização.

De acordo com a legislação, a Resolução 2011/2, em seu art 18, direciona aos sistemas de ensino a responsabilidade de estabelecer normas para o funcionamento de suas escolas, elaborando um projeto pedagógico e contando com professores capacitados e especializados para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais.

Professores capacitados, segundo a Resolução, devem comprovar que em sua formação foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para

- I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (BRASIL, 2011).

Enquanto isso, professores especializados devem ter desenvolvido competências para

identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (ibid).

Estes, devem comprovar a formação em licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, associada à licenciatura para educação infantil ou anos iniciais (ou, neste caso, educação musical), ou então, devem possuir uma complementação de estudos ou pós graduação em áreas específicas da educação musical posterior a licenciatura, para atuar nos anos finais ou ensino médio.

Por fim, a lei ainda garante que “Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2011).

Segundo Schambeck (2016), é importante lembrar que a inclusão de alunos com deficiência nas escolas de ensino regular é uma realidade, e que, os licenciandos em música “precisam receber, das instituições formadoras, fundamentos teóricos e metodológicos que sustentem as ações pedagógicas a serem executadas quando esses estudantes estiverem atuando nos espaços educativos inclusivos” (SCHAMBECK, 2016, p. 29).

Na Portaria nº 1793/94, o ministro da educação e do desporto, a partir da “necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais” (MEC, 1994), recomenda a inclusão da disciplina “Aspectos Ético-Políticoeducacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais” no cursos de pedagogia e em todas as licenciaturas.

Entretanto, atualmente, a única disciplina que é obrigatória nos cursos de pedagogia e licenciatura é a disciplina de LIBRAS, que apresenta conceitos sobre a deficiência auditiva, introduz a linguagem de sinais e auxilia no entendimento de como transmitir ao aluno surdo os conteúdos que estão sendo apresentados.

Para que as disciplinas dos cursos de licenciatura preparem seus licenciandos para atuar com alunos com deficiência, é necessário que se construa um projeto pedagógico norteado pela superação de barreiras de aprendizagem, “sejam elas estruturais, curriculares, de comunicação, dentre outras no tocante à formação do professor de música para atuar no contexto de inclusão da pessoa com deficiência” (SCHAMBECK, 2016, p. 33), e que baseiem-se em alguns pontos, sendo eles

- I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos;
- II – garantir a transversalidade das ações da educação inclusiva no ensino regular e ensino superior;
- III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV – assegurar estudos na área por meio de formação continuada;
- V – estabelecer parcerias com profissionais da área de educação especial (AEE) (*ibid*).

Segundo a autora, em suas pesquisas anteriores, percebeu-se o impacto “relativamente pequeno das políticas públicas na percepção dos coordenadores de cursos e dos professores de música na reestruturação dos projetos pedagógicos para a formação inicial de estudantes para atuarem com alunos com deficiência” (SCHAMBECK, 2016, p. 30), isso é, as legislações brasileiras sobre inclusão não tem influenciado na maioria dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em música brasileiros. Isso justifica o “desconforto relatado pelos estudantes ao se depararem com alunos com deficiências nas práticas pedagógicas ou na seleção de conteúdos curriculares para ensinar no contexto de inclusão” (Ibid).

Schambeck (2015), salienta que quando o aluno, em sua formação, tem contato com conteúdos culturais, “que lhe permitam desenvolver uma compreensão mais racional do mundo em que vivem, com metodologias didáticas que propiciem o desenvolvimento de um pensamento crítico e criativo” (SCHAMBECK, 2015, p. 7), ele se torna mais apto a “entender, argumentar e conviver com pessoas de distintas culturas, ideias, ideais” (ibid).

Se, durante a graduação, o licenciando já tiver contato com alunos com deficiência, suas necessidades básicas, conceitos a respeito das deficiências, de inclusão, educação especial e necessidades educacionais especiais, quando for para a sala de aula, mesmo que não tenha conhecido sobre todas as deficiências existentes, afinal este é um campo gigantesco, apenas pelo contato inicial durante a formação já possui subsídios para buscar o planejamento de suas aulas baseado em propostas inclusivas.

Silva e Almeida também reforçam a importância da formação inicial e continuada, para que o professor consiga se preparar antecipadamente e criativamente para o ensino musical inclusivo, com bons planejamentos, adaptações e organizações. Segundo as autoras,

Tomando a formação inicial e continuada do professor como as responsáveis pela construção dos saberes docente e para o aperfeiçoamento da prática pedagógica, refletir sobre diversidade da formação inicial de professores de música é algo urgente quando se quer tratar essa formação em toda sua complexidade (SILVA e ALMEIDA, 2015, p. 5).

Schambeck (2016) comenta que as propostas pedagógicas só irão avançar no momento que as políticas públicas que defendem a igualdade de condições e oportunidades para a integração de alunos com deficiência nas escolas, no momento

que se focar na formação dos professores envolvidos. A autora ainda ressalta que a formação “não terá o poder de transformar imediatamente uma realidade ou de criar fórmulas rápidas, mas poderá gerar processos de autorreflexão e autocrítica, à medida que esses estudantes estiverem em contato com a realidade da escola inclusiva” (SCHAMBECK, 2016, p. 29).

Silva e Almeida (2016) lembram, que além de todo o desafio de se trabalhar a inclusão no sistema regular de ensino, o professor de música ainda possui diversos problemas dentro de sua própria área de atuação, sendo que a música não é disciplina obrigatória, é bastante desvalorizada – muitas vezes relacionada apenas a recreação, e, ainda, nem todos os professores que dão aulas de música nas escolas são capacitados para tal, sendo que muitos possuem outras formações como arte, teatro e dança. O mesmo afirmam Silva e Mendes (2019),

percebe-se que grande parte dos professores/as que lecionam música na Educação Básica não apresentam formação específica na área, o que pode acabar fragilizando o entendimento da educação musical nesse contexto. Percebemos também diante a revisão de literatura, que ainda há uma recorrência da educação musical no Brasil a aspectos terapêuticos, bem como brincadeiras, recreação e entre outros, fatores esses que contribuem para que a área seja mal compreendida (Silva e mendes, 2019, p. 13).

Já Moura (2019) ressalta que mesmo que haja uma formação para os professores que seja “capaz de abranger múltiplos contextos e espaços, sabemos que essa é uma formação que não está apenas nos currículos dos cursos de formação de professores. É imprescindível que a busca pelas práticas metodológicas seja objetivo diário do educador” (MOURA, 2019 p. 7).

Sempre haverão novas descobertas, situações, dificuldades, quando falamos sobre educação musical e inclusão, porém, quando na graduação ou na formação continuada o professor recebe subsídios para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, e busca em seu trabalho diário com os alunos e turmas se informar e preparar atividades que incluam todos os alunos, a inclusão se torna cada vez mais próxima de se efetivar.

6.4. Materiais Assistivos

Uma grande maneira de incluir os alunos com deficiência nas salas de aula durante as aulas de música, são os chamados materiais assistivos, ou, tecnologia assistiva. De acordo com o Art. 3º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, considera-se

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015).

Ainda, segundo Louro (2003), “qualquer modificação de tarefa, método e meio ambiente que propicie independência e função à pessoa deficiente se enquadra dentro da Tecnologia Assistiva” (LOURO, 2003, p. 64 e 65).

Moura (2019), afirma que “a adaptação de materiais tem muita importância no processo de ensino aprendizagem de pessoas com deficiência” (MOURA, 2019, p. 6), afinal, por meio desta adaptação as pessoas com deficiência se encontram nas mesmas condições de acesso das pessoas típicas.

A partir das adaptações de materiais, como instrumentos musicais, partituras, jogos musicais, os alunos com deficiência podem participar das atividades da mesma forma que os alunos que não possuem, não havendo assim distinção entre um e outro, ou até a incapacidade de realização por alguns. Ainda segundo Moura (2019),

A busca por alternativas para que possamos incluir pessoas com deficiência, é uma necessidade atual do mundo contemporâneo. Precisamos olhar com sensibilidade para essas pessoas oportunizando que elas possam gozar do direito de conviver normalmente em sociedade (MOURA, 2019, p. 9).

Precisamos lembrar que o aluno com deficiência estar em uma sala de aula de ensino regular não significa necessariamente que ele está incluído, e que por isso “A utilização de adaptação de materiais exerce papel importante para que a pessoa com deficiência possa ter o acesso ao conteúdo desenvolvido em sala. As tecnologias assistivas têm auxiliado este processo” (MOURA, 2019, p. 9).

Para Silva e Almeida (2016), para que a inclusão ocorra, isso

implica na transformação de todo o sistema educacional, pois a escola precisa se adaptar ao aluno, em todas as suas instâncias, fisicamente,

metodologicamente, pedagogicamente, enfim, as mudanças vão da sala de aula à calçada da escola, do pátio ao banheiro, do livro didático às carteiras e cadeiras (SILVA e ALMEIDA, 2016, p. 4).

Como podemos ver, não apenas materiais adaptados para as atividades, mas para todo o dia a dia do aluno, desde a chegada na escola, entrada do prédio, da sala de aula, as cadeiras onde os alunos irão sentar, as mesas onde realizarão as atividades, o ambiente onde será feito o lanche... Enfim, é muito maior do que apenas os materiais didáticos. Segundo o Art. 3º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, além de tecnologia assistiva também é assegurado

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva (BRASIL, 2015).

Segundo o capítulo III da Legislação, é “garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida” (BRASIL, 2015). Além disso, é dever do poder público desenvolver medidas que facilitem o acesso da pessoa com deficiência em todas as áreas possível que possibilitem o acesso da pessoa com deficiência a tecnologia assistiva, desde o acesso a crédito para aquisição, agilizar, simplificar e priorizar a importação, fomentar a pesquisa e produção nacional reduzindo a necessidade de importação, e ainda facilitar e agilizar a inclusão de produtos assistivos na distribuição do sus.

Segundo Viviane Louro (2003), a construção da tecnologia assistiva envolve uma serie de profissionais, desde áreas da engenharia, educação e saúde. A autora, a partir de suas pesquisas, diz que o processo de adaptação de um material ou atividade envolve várias etapas, como a análise, identificação do problema, propostas de solução, recursos alternativos, entre outros, de modo que ao final, esse material vá de encontro as necessidades específicas da pessoa com deficiência.

Existem diversas formas de adaptar diferentes materiais para diferentes deficiências. Por exemplo, para pessoas com deficiência visual há o sistema de

musicografia braile, que é a maneira de transcrever as partituras. Já se o aluno possuir baixa visão, pode-se ampliar o material para que o aluno consiga entender.

Já alunos com deficiência auditiva, existem vários trabalhos que utilizam a vibração do som. Um exemplo são salas de aula adaptadas com o piso de madeira de modo que o aluno consiga sentir o som.

Para alunos com deficiências motoras as adaptações são variadas de acordo com a deficiência ou necessidade específica para o instrumento, por exemplo, que for tocado, como suportes para que o instrumento fique apoiado ou suspenso.

Enfim, a criação de materiais, instrumentos e atividades adaptadas é uma questão de pesquisa e vontade de incluir. Muitos são os lugares que disponibilizam materiais adaptados, na internet há diferentes modelos, e, ao conversar com seu aluno e a família, é possível em conjunto criarem maneiras de facilitar o acesso do aluno ao que for necessário em sala de aula.

7. Considerações finais

A partir da pesquisa bibliográfica nos periódicos de maior veiculação na área de educação musical e nos anais dos maiores eventos da área da música, esta pesquisa objetivou investigar as publicações voltadas para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular, nos últimos dez anos. Com isso, identifiquei e quantifiquei os trabalhos que tratam a respeito da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular e analisar o que vêm sido feito para efetivar a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular.

Assim sendo, pude perceber que apesar do número de trabalhos em educação musical e inclusão terem aumentado no decorrer dos últimos anos, ainda pouco se fala sobre inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música, ainda mais se for comparado a outros assuntos na área de educação musical. A cada ano, mais alunos com deficiência entram em sala de aula, o que aumenta a responsabilidade de incluí-los nas atividades. Não é apenas por estarem no ensino regular que eles são incluídos, mas sim, muitas vezes integrados apenas às atividades. Estarem integrados é melhor do que não estarem nem dentro da escola? Com certeza. Mas isso não justifica a falta de pesquisas sobre inclusão e a preparação profissional e metodológica para o trabalho verdadeiramente inclusivo.

Incluir alunos em sala de aula é permitir que independente da atividade que for realizada, do local onde ela for realizada, dos materiais que forem ser utilizados, esse aluno com deficiência possa participar efetivamente da mesma maneira que qualquer outro aluno. Todos os alunos em sala de aula possuem alguma dificuldade, seja ela por uma deficiência ou pelo não entendimento de algum conteúdo. Eu mesma era muito lenta e “desajeitada” e tive sérias dificuldades em atividades de educação física na escola.

Ainda assim, todos os alunos merecem respeito e valorização dentro da sala de aula. Todos os alunos precisam saber que são capazes, e, mais, precisam ter as oportunidades que os capacitem.

A partir desta pesquisa, espero auxiliar no entendimento da importância de inclusão de alunos com deficiência em sala de aula, não apenas em aulas de música, mas como um todo, em todas as disciplinas. Cada uma das crianças e jovens que temos em nossa sala de aula são especiais, pequenas estrelas com grande potencial

de brilhar caso sejam verdadeiramente influenciadas a valorizar a sua própria luz. Que, a partir da inclusão de alunos com deficiência na educação básica, possamos formar adultos cada vez mais capazes de valorizar as diferenças, auxiliar os que precisam, não agindo preconceitosamente, mas, sim, respeitosamente com aqueles que são diferentes de si.

Referências

- ALVARES, Thelma Sydenstricker. A Educação Musical nas Necessidades Educacionais Especiais: Desafios na formação discente. IN: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 19., 2010, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UFG, 2010.
- ARANHA, Maria Salete Fábio; Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica. *Temas em Psicologia*, número 2, 1995, pp. 6370. Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia.
- BAYER, Hugo Otto. Educação Inclusiva ou Integração Escolar? Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas. In: MEC. *Ensaios Pedagógicos - Educação Inclusiva: direito à diversidade*. Brasília – DF. 2006. p. 277-280.
- BOGAERTS, Jeanine; Educação Musical Inclusiva: Considerações Sobre Aulas de Música em uma Escola Regular. CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 19., 2010, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UFG, 2010.
- BOGAERTS, Jeanine; MAGALHÃES, Liana. Aulas de música para crianças surdas em uma escola regular de ensino. SIMPOSIÓ DE COGNICAÇÃO E ARTES MUSICAIS, 8., 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2012.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, set de 2001.
- _____. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, out de 1988.
- _____. Presidência da República. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, jul de 2015.
- CAMELO, Jonas Ramos; SILVA, Alessandro Rezende da; Formação de professores para a prática de Educação Musical Inclusiva; CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. *Anais...* Manaus: UFAM, 2017

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.

DUTRA, Cláudia Pereira; GRIBOSKI, Claudia Maffini. Educação Inclusiva: um projeto coletivo de transformação do sistema educacional. In: MEC. *Ensaios Pedagógicos - Educação Inclusiva: direito à diversidade*. Brasília – DF. 2006. p. 209-215.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Direito à Igualdade e à Diversidade: condições de cidadania. In: MEC. *Ensaios Pedagógicos - Educação Inclusiva: direito à diversidade*. Brasília – DF. 2006. p. 253-257.

FANTINI, Renata; JOLY, Ilsa; ROSE, Tania. Educação musical especial: produção brasileira nos últimos 30 anos. *REVISTA DA ABEM*, Londrina, v.24, n.36, p36-54. Jan.Jun. 2016.

FINCK, Regina. Ensinando Música ao Aluno Surdo: Perspectivas para a ação pedagógica inclusiva. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GOMES, Joana Malta. O Aprendizado de Música por Crianças com Necessidades Educacionais Especiais. *SIMPOSIÓ DE COGNICAÇÃO E ARTES MUSICAIS*, 6., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2010.

LANG, Andréia Cristina de Souza; WILLE, Regiana Blank. A inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música de uma escola de ensino regular na cidade de Pelotas – RS. *CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA*, 29., 2019, Pelotas. *Anais...* Pelotas: UFPEL, 2019.

LOURO, Viviane. As adaptações a favor da inclusão do portador de deficiência física na educação musical: um estudo de caso. *Dissertação (Mestrado em Música)* – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, p. 208, 2003.

_____. *Fundamentos da Aprendizagem Musical da Pessoa com Deficiência*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Som, 2012. 296 p.

_____. Educação Musical Inclusiva: Desafios e Reflexões. IN: SILVA, Helena Lopes da; ZILLE, José Antônio Baeta; *Música e Educação: Série Diálogos com o Som*. V.2. Barbacena: EdUEMG, 2015. p. 33-49.

_____. Música e Deficiência: levantamento de adaptações para o fazer musical de pessoas com deficiência. Disponível em: <https://musicaeinclusao.files.wordpress.com/2016/06/louro-viviane-mc3basica-e-deficic3aancia_levantamento-de-daptac3a7c3b5es-para-o-fazer-musical-de-pessoas-com-deficic3aancias.pdf>. Acesso em 02 de outubro de 2020.

LÜDERS, Valéria; ARAÚJO, Rosane Cardoso; Educação musical inclusiva: desafios e possibilidades de práticas pedagógicas na perspectiva dos licenciandos e licenciados em música. CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. *Anais...* Manaus: UFAM, 2017.

MELO, Guilherme Moreira de; LEOPARDO, Carla Eugênia; MELO, Amanda Meincke; Construção de materiais didáticos para um repositório voltado à Educação Musical Inclusiva; CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 18., 2009, Londrina. *Anais...* Londrina: UEL, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. Educação Inclusiva: direito à diversidade – Documento Orientador. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>>. Acesso em 16 de julho de 2018.

_____. Portaria N.º 1.793, de dezembro de 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>>. Acesso em 27 de setembro de 2020.

MOURA, Pamela Araújo; Educação Musical e Deficiência Visual: a inclusão auxiliada pelas Tecnologias Assistivas. CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 24., 2019, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: UFMS, 2019.

NASCIMENTO, Sara Ellen Oliveira do; Parâmetros do som: aprendendo com inclusão na escola aplicação da UFPA; CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. *Anais...* Manaus: UFAM, 2017.

NORONHA, Samyra Ferreira; SILVA, Marcela de Sousa; SANTOS, Gabrielly Socorro de Souza; A Aplicação da Educação Musical para Pessoas Com Síndrome de Down em Escola de Ensino Regular. CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 24., 2019, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: UFMS, 2019.

OLIVEIRA, Márcia R.N.S.; REILY, Lúcia H; Educação musical para crianças surdas e ouvintes: uma proposta de inclusão. CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 22., 2015, Natal. *Anais...* Natal: UFRN, 2015.

PONSO, Caroline Cao; Os Valores Humanos na Educação Musical Escolar: um relato de experiência com alunos(as) de Inclusão; CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. *Anais...* Manaus: UFAM, 2017.

SCHAMBECK, Regina Fink. Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música. *REVISTA DA ABEM*, Londrina, v.24, n.36, p23-35. Jan.Jun. 2016.

_____ ; Formação de professores de Música para o contexto inclusivo: perspectivas de graduandos na preparação para atuar com alunos com deficiência. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 25., 2015, Vitória. *Anais...* Vitória: UFES, 2015.

_____ ; Formação no contexto inclusivo: relatos de processos de pesquisa na iniciação à docência em música; CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. *Anais...* Manaus: UFAM, 2017.

SILVA, Crislany Viana da; ALMEIDA, Cristiane Maria Galdino de; Uma análise da prática pedagógica de professores de música na perspectiva da Educação Inclusiva; CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 22., 2015, Natal. *Anais...* Natal: UFRN, 2015.

_____ ; Educação musical e inclusão em escolas da Educação Básica. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 26., 2016, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2016.

SILVA, Ítalo Soares da; MENDES, Jean Joubert Freitas; Educação Musical Inclusiva na perspectiva da Educação Especial: uma pesquisa sobre atuação docente em música no contexto escolar. CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 24., 2019, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: UFMS, 2019.

SOLER, Karen Ildete Stahl; MENDES, Adriana N. Araújo; Música na sala de aula inclusiva: estudos, observações e propostas para o ensino fundamental da rede municipal de Indaiatuba – SP; CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 22., 2015, Natal. *Anais...* Natal: UFRN, 2015.

_____ ; A formação do professor de Artes diante dos conteúdos musicais em uma sala inclusiva do ensino fundamental da cidade de Indaiatuba – SP; CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. *Anais...* Manaus: UFAM, 2017.

SUZANO, Cátia. Diálogos entre Educação Musical e Musicoterapia. IN: LOURO, Viviane (org). *Música e Inclusão Múltiplos Olhares*. São Paulo: editora Som, 2016. p. 81-98.

VIANA, Ana Célia de Lima; Estratégias e sugestões de atividades musicais para promover a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais na aula de música. CONFERÊNCIA REGIONAL LATINO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO MUSICAL DA ISME, 11, 2017, Natal. *Anais...* Natal: UFRN, 2017.

ZANETI, Karen Ildete Stahl Soler; MENDES, Adriana do Nascimento Araújo. A música na sala de aula inclusiva do primeiro ciclo do ensino fundamental da cidade de Indaiatuba - SP: a formação do professor de Artes. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 27., 2017, Campinas. *Anais...* Campinas: 2017.